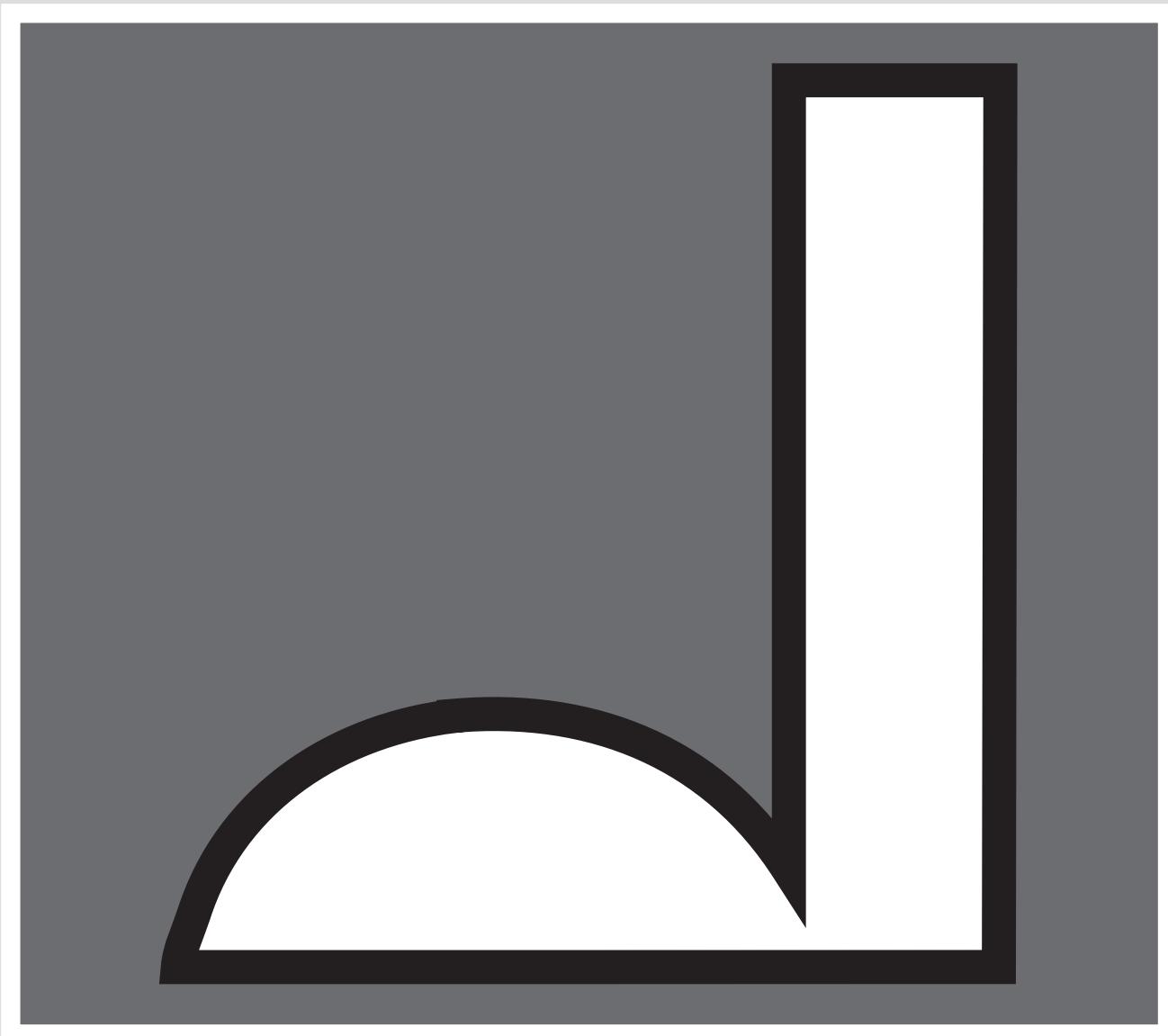




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 139 - SÁBADO, 12 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)
LÍDER DO PMDB – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2006

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 291, de 13 de abril de 2006, que “Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º abril de 2006”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de agosto do corrente ano.

Congresso Nacional, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 397, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TIJUCAS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.566, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à PORTUGAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 271, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 399, DE 2006

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RURAL DE CONCÓRDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 350, de 28 de junho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de julho de 1994, a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PORTO UNIÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 218, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 401, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE CODAJÁS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 264, de 1º de junho de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE AMONTADA – CEARÁ – ASCOAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 39, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 403, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMPO-NOVENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO PADRE ENIO MARTIN – FUENIO para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 382, de 10 de agosto de 2005, que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – FUENIO para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 405, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM BAHIA SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 277, de 15 de junho de 2005, que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 406, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO MINDURI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 237, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 131^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 49, de 2006, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.....

26686

1.2.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.520/2006, de 11 do corrente, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 291, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência ontem, 10 de agosto de 2006.

26686

1.2.3 – Discurso do Expediente

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações a respeito da entrevista do Presidente Lula ao Jornal Nacional, ontem, como candidato à reeleição. Repúdio ao contingenciamento de recursos da Suframa. Transcrição de entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista **Playboy** que circula nesta semana.....

26686

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Republicação da folha de rosto das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 303, de 2006.

26699

Nºs 1 a 6, apresentadas ao Projeto de Lei nº 6, de 2006-CN (Mensagem nº 76, de 2006-CN – nº 592/2006, na origem).

26702

Nºs 1 a 23, apresentadas à Medida Provisória nº 315, de 2006.

26710

3 – ATAS DE COMISSÃO (Publicadas em Suplemento ao presente diário)

17^a a 41^a Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 13, de 2003-CN (CPMI da Terra), com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)...

26737

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.641 a 1.650, de 2006.

26737

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52^a LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 131^a Sessão não Deliberativa, em 11 de agosto de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

A SRA PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 49, de 2006**, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, que *autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de 4 de setembro próximo.

A SR^a PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 1.520 SGM/P

Brasília, 11 de agosto de 2006

Assunto: Encaminhamento do processado da Medida Provisória nº 291, de 2006

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 291, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência ontem, 10 de agosto de 2006, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo** – Presidente.

A SRA PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O expediente lido vai à publicação e será cumprido o disposto no parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A SRA PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como orador inscrito pelo tempo que S. Ex^a entender necessário ao seu pronunciamento.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a entrevista do Presidente Lula ao Jornal Nacional, ontem, foi um desastre. O que prenuncia a campanha que se ferirá a partir da próxima terça-feira, no rádio e na televisão, inclusive com a perspectiva dos debates entre os candidatos.

Blog do Noblat:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, não ofereceu respostas precisas sobre os casos de corrupção que envolveram seu Partido e Ministros do Governo durante entrevista ontem ao “Jornal Nacional” da **Rede Globo**.

Lula, que diferentemente dos adversários não compareceu à emissora e foi entrevistado no Palácio da Alvorada, insistiu que só soube das denúncias (o mensalão e o valerioduto) “depois que aconteceram”.

Quer dizer, Sua Excelência só soube depois.

Blog de Reinaldo Azevedo:

A entrevista deve gerar subprodutos. Paulo Okamoto afirmou no Senado, sob juramento, que Lula nem sabia da dívida que ele supostamente pagou. Lula o desmentiu. Numa carta a José Dirceu, o presidente aceita seu pedido de demissão: ao *Jornal Nacional*, sustentou que foi ele a demiti-lo. [Aquele que o Procurador-Geral da República denominou de chefe da organização criminosa]. Insistiu, de forma constrangedora, que ignorava o esquema. E que garantia existe de que não terá de dizer isso de novo?, quis saber Fátima Bernardes. E Lula engrolou um palavrório sem sentido. Nada funcionou.”

Vamos agora para Cláudio Humberto, sob o título “Freud traiu Lula na Globo”:

“A única coisa que caiu [engraçado essa do Cláudio Humberto, está boa, porque não foi José Dirceu que traiu Lula, foi Freud] é o salário” – tropeçou o presidente Lula. [É verdade. Sua Excelência jurou dobrar um valor

de compra real do salário mínimo e ficou muito longe disso. É verdade.] “A única coisa que caiu é o salário” – tropeçou o Presidente Lula na entrevista a Fátima Bernardes e William Bonner, no “Jornal Nacional”, na noite desta quinta-feira.

O candidato queria dizer inflação, mas o pai da psicanálise entrou em ação na chamada “falha freudiana”, fazendo Lula derrapar na resposta.

Ou teria sido o Grilo Falante, a consciência de Pinóquio, que falou mais alto na entrevista, onde era evidente o nervosismo do presidente, de costas para livros que nunca leu nem jamais lerá. O cenário perfeito.

Chamo a atenção, Sr^a Presidente, para o fato de que o Presidente Lula terá de debater com V. Ex^a e com os demais candidatos – em algum momento; terá de debater. Sua Excelência foi o único a ter a prerrogativa de receber em sua casa os entrevistadores. Então, entrevistadores vão a minha casa e não consigo me sair bem nem na minha casa, imagine em uma mesa redonda com os candidatos todos em condição de igualdade! É impressionante o despreparo que revela para enfrentar os seus problemas; problemas que o Presidente Lula criou para o Brasil.

Vamos a outras derrapadas do Presidente Lula na referida entrevista. Agora digo eu, Sr^a Presidente: Disse ele que a CGU foi criada em seu Governo. Não é verdade, foi criada no Governo passado. Ele mudou o nome: era Corregedoria passou a ser Controladoria. A Primeira-Ministra foi quem desvendou aquele caso de corrupção da Sudam, a Ministra Nadir de Mendonça, nomeada pelo Presidente Fernando Henrique. E mais: o candidato Lula disse que não pode saber o que acontece na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Ele deveria ter dito na Delegacia do Ministério da Agricultura, no Estado de São Paulo. Estava realmente nervoso Sua Excelência, ele não conhece a estrutura do Governo dele; estava nervoso, estava realmente nervoso. Não está preparado para nenhum confronto, só para falar sozinho e protegido por um esquema de mídia oficial que tem sido massacrante contra vocês outros, candidatos a Presidente da República.

A Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo está vinculada ao Governo do Estado. O Presidente parece que não saber disso. O que existe no Governo Federal é a Delegacia da Agricultura, vinculada ao Ministério da Agricultura.

Tenho dúvida se o Presidente conhece o nome de todos os seus Ministros. Outro dia, pediram-me para eu responder não sei o quê que o Ministro interino da Previdência teria dito sobre o Congresso, Senadora Heloísa Helena. Uma repórter perguntou-me: “O senhor pode responder o que Ministro interino da Previdência disse sobre o Congresso?” Aí eu disse: “Mas, minha querida, só respondo se você me disser o nome dele, porque não conheço nem o Ministro titular, quanto mais o Ministro interno da Previdência.” É um Ministério de ilustres desconhecidos. Essa é que é a verdade.

Tem ainda mais gafes. O Presidente, em determinada altura da entrevista, disse que o Governo dele foi o que mais enfaticamente combateu a ética. Outra derrapada freudiana. É verdade. Ele não deu tréguas à ética. O Governo dele não perdoa a ética. Não deu colher de chá à ética. Esse é um fato, jogou duro contra a ética. Tudo é verdade. Isso numa declaração. Ou foi uma derrapada ou foi de uma coragem sensacional.

Sr^a Presidente, temos aqui a Lúcia Hipólito – peço que vá para os Anais da Casa, até por causa do tempo –, que faz mais uma bela análise.

Todos os analistas que li hoje pela manhã condenaram a entrevista, entendendo que ela foi incompetente, que ela revelou insinceridade, falta de preparo e de pulso.

Este é o homem que dirige a Nação: alguém que não consegue enfrentar dois entrevistadores que vão à sua casa. Ou seja, o dono do cafêzinho não era o entrevistador, o dono do cafêzinho era ele, tipo: “William Bonner*, você quer um cafêzinho?”, “Fátima Bernardes, você aceita um chá?”. Só isso já dá uma tranqüilidade. Estou na minha casa, o cachorro é o meu, a pessoa que vai servir o chá trabalha comigo, o banheiro é o meu. “Eu queria ir ao toalete”. “É ali, por favor, Fátima”. “William Bonner, é ali”. É diferente de ir à **Globo** e lá dizer: “Puxa vida, eu não sabia qual era o clima”.

V. Ex^a está de parabéns, até porque se saiu muito bem na entrevista, saiu-se com muita galhardia mesmo.

Mas eu gostaria de tornar a enfatizar que é desumana a posição do Governo, contingenciando recursos da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), que são verbas não-orçamentárias, são recursos obtidos a partir de preços públicos cobrados lá mesmo às empresas do Distrito Industrial de Manaus e que acabam indo para a conta do superávit. É injusto porque isso deixa de servir para infra-estruturar o desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental – incluídos minha cidade de Manaus e meu Estado do Amazonas, claro – mais o Amapá, na banda oriental. É uma gota d’água no oceano do superávit, não está no Orçamento, é dinheiro obtido lá mesmo. Isso machuca muito o coração e a auto-estima dos habitantes da minha região.

Peço ainda, Sr^a Presidente, que V. Ex^a autorize a inserção nos Anais da lúcida, longa e bela entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista **Playboy** que começa a circular nessa semana.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Leio o que diz a respeito também Lúcia Hipólito:

A faxineira do dr. Freud trabalha com ele há muitos anos. Moça esperta, aprendeu os rudimentos da psicanálise e já diagnosticou os casos mais simples, desafogando a pesada agenda do professor.

Desde as eleições de 1994 a faxineira do dr. Freud vem analisando os candidatos à presidência da República. Por isso, assistiu com um olhar quase profissional à entrevista do presidente Lula ao Jornal Nacional, que encerrou a série que a TV Globo fez com os quatro principais candidatos.

O presidente Lula se comporta como candidato em palanques, inaugurações e até em batizados de boneca. Mas o candidato Lula se comporta como presidente quando faz campanha eleitoral pela TV. Caso de dupla personalidade, diz nossa diligente faxineira.

Exigiu que a entrevista fosse realizada no Palácio da Alvorada, sua “casa”, seu território, e não na bancada do JN, território dos candidatos, território “inimigo”. Insegurança, disparou a moça, implacável.

Afinal, o que teme o presidente-candidato? Seus números nas pesquisas são prá lá de confortáveis, seu governo (segundo ele) é o melhor da história do país desde Pedro Álvares Cabral. “Nunca na história deste país...” é o mote do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa é fácil: síndrome do Marco Zero.

Seus oponentes somados não chegam a 50% dos votos válidos; é possível que tudo termine no primeiro turno. Por que, então, o presidente só se comporta como candidato fora da campanha eleitoral? Desvio de personalidade? Talvez.

É delicado entrevistar um presidente da República - qualquer um. O entrevistador fica naturalmente intimidado pela presença da maior autoridade do país, mesmo que muitas vezes esta mesma autoridade não respeite a instituição da Presidência.

Se o presidente falta com a verdade numa resposta, o que fazer? Responder: “Presidente, o senhor não está falando a verdade.”? Complicado.

Por isso mesmo, foi confortador ver os apresentadores do Jornal Nacional pressionando o presidente-candidato, cobrando, replicando respostas evasivas ou ambíguas.

Lula confirmou o que já se sabia: atirou ao mar todos os companheiros de longa data, a quem deve a eleição em 2002, mas que poderiam atrapalhar os planos de reeleição. Confirmou que foi ele quem demitiu José Dirceu, além de todos os outros.

Tentou se comparar a uma mãe extremosa, no que foi cortado com muita precisão por Fátima Bernardes. Estadista é estadista e mãe é mãe; não se confundem. A faxineira concorda.

Dois momentos da entrevista foram, ao mesmo tempo, engracados e reveladores. Logo no início, Lula declarou que o “combate à ética” tem que ser permanente. E lá pelas tantas, declarou que no seu governo, “a única coisa que baixou no Brasil foi o salário”. Curioso...

A faxineira de Freud explica direitinho o presidente-candidato. Não precisa incomodar o prof. Freud.



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

UMA CONVERSA FRANCA COM O EX-PRESIDENTE SOBRE PT, PSDB, LULA, ALCKMIN, CORRUPÇÃO, RELIGIÃO, SILENCIO DOS INTELECTUAIS E COMO ELE QUASE MORREU POR CAUSA DE UMA GEMADA PREPARADA PELA MÃE

Fernando Henrique Cardoso, 75 anos, está no melhor dos mundos. Desde que deixou a presidência da República, em 2002, ele se dedica a observar e a influenciar a política de uma distância segura. Ele não está confortavelmente instalado numa torte de marfim - e suas posições deixam isso claro -, mas já não ocupa a trincheira da política cotidiana. FHC pode, portanto, fazer observações afiadas sobre aliados e adversários, além de comandar articulações em relativo silêncio. Foi assim que arbitrou a escolha do candidato tucano à presidência, enquanto dava os retoques finais no seu livro *A Arte da Política - A História que vivi*, que permanece ativo na lista dos mais vendidos.

Presidente de honra do PSDB, FHC inaugurou, em 2004, o Instituto Fernando Henrique Cardoso. A sede tem 2.090 m² de área, distribuídos em dois

subsolos e um andar de um prédio no vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo. A área que cerca o instituto é um retrato em miniatura do Brasil. De um lado, o imponente prédio do Teatro Municipal de São Paulo, com a sua bem preservada praça, mantida pela iniciativa privada. Do outro, a avenida São João e seus cinemas pornôs.

No imponente instituto, estão reunidos centenas de documentos e gravações dos dois períodos presidenciais (1995-1998; 1999-2002). Foi ali que o ex-presidente recebeu o repórter **Fernando Barros de Mello** e o diretor de redação, **Edson Aran**, para a primeira bateria de perguntas. Vestido de terno e gravata, Fernando Henrique analisou, com ar formal e professoral, o cenário político.

Esta é a segunda vez que ele fala à PLAYBOY (a primeira foi em setembro de 1984, quando o senador FHC

articulava para levar a oposição ao poder, depois de 20 anos de ditadura militar). Nos 22 anos que separam as duas entrevistas, ele foi presidente da República, construiu a estabilidade econômica com o Plano Real e lançou as bases para a construção de um Estado moderno, eficiente e menos perdulário. Essas medidas lhe valeram o título de "neoliberal" (que ele rejeita). Também foi como reação a essa agenda que Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder, em 2002.

Quase quatro anos depois de uma das mais civilizadas transições da história republicana do país, o político FHC não poupa o governo Lula e lamenta que o país tenha perdido a chance de fazer um "compromisso histórico" com a modernidade. Já o sociólogo, que enxerga "mais os processos", destaca uma certa continuidade nas duas gestões.

“Hoje o Serra é o mais preparado para governar o Brasil. Ele tem a experiência, a vontade, a informação e a competência para tocar o país”

“Eu não me lembro de exemplo histórico de uma corrupção institucional da magnitude que assistimos no governo Lula”

“Eu adoro ir à missa. Às vezes até ouço pela TV. Tenho um rosário na minha cabeceira. Acho que a religião está fazendo falta”

A proximidade das eleições e o clima político que o país atravessa deram o tom da entrevista. Apenas na segunda sessão de perguntas, FHC contou histórias e fez reflexões pessoais. No seu confortável, porém simples e discreto apartamento, localizado no bairro paulistano de Higienópolis, ele estava sem gravata e o bom humor finamente irônico prevaleceu. Logo de cara, PLAYBOY percebeu no escritório do ex-presidente um Lula-de-pelúcia de 40 centímetros, presente do artista plástico Raul Mourão. "Gosto muito do boneco porque ele é como o Lula real: se amolda a tudo", explicou o ex-presidente, enquanto amassava o atual ocupante do Planalto para demonstrar que ele (o boneco) sempre volta ao normal. Depois disso, o pequeno Lula retornou ao seu púlpito, entre urna estante e um sofá. Passou a entrevista toda com a cara pra parede.

PLAYBOY Uma de suas frases mais famosas é: "O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto". Esse quadro melhorou mais com o Lula que com o senhor?

FHC O quadro vem melhorando desde a Constituinte. Ainda assim, continua injusto. Nós criamos programas específicos como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Bolsa-Gás. O Lula juntou tudo e eu, pessoalmente, tenho dúvidas se vale a pena fazer um cadastro muito grande. Isso faz "onda", mas cria muita burocracia e perde a idéia da focalização. Hoje, temos uma espécie de "bolsa-ônibus", onde entra tudo, mas ninguém controla. É quase uma distribuição direta de dinheiro. Quando você faz um programa social, tem que dizer: qual é a porta de saída? Não pode ser apenas assistencialismo, tem que promover a pessoa para que ela melhore de vida enquanto não tem emprego. A injustiça fundamental está no desemprego.

PLAYBOY O governo Lula decepcionou mais o sociólogo ou o político?

FHC Foi uma deceção generalizada [risos]. Eu diria que mais o político, por-

que o sociólogo vê as estruturas, o processo. E o Lula não fez nada que atrapalhasse o processo: a parte social e a econômica continuaram.

PLAYBOY Em *The Accidental President of Brazil* (livro de memórias lançado nos EUA) o senhor escreve: "A esperança seguida de desilusão é um círculo particularmente brasileiro". O que isso quer dizer?

FHC Dada a desigualdade no Brasil, muitos querem um milagre, porque os processos levam tempo. Aí vêm Jânio, Collor, Lula. O país só deixará de ser imaturo, será talvez mais justo, quando tiver menos expectativas criadas por mágicos.

"O que ficou da esquerda antiga é o antiamericanismo, o nacionalismo e o estatismo. É uma esquerda que não leu Marx"

PLAYBOY Em 2002, o senhor disse que era exagero enxergar em Lula componentes sebastianistas, de um salvador da pátria. Continua achando isso?

FHC O Lula é contraditório. Ele é fruto do sindicalismo do ABC, setor avançando na época. A cabeça dele não era messiânica. Ele usa isso taticamente, mas não leva ao pé da letra. Mas Lula esqueceu o que era há 20 anos, líder dos trabalhadores, para virar líder dos pobres, como eram os populistas. Só que um lado olha para os pobres e outro para o mercado financeiro. Um bom sebastianista não faz isso. É o Chávez, que acha que o bolivarianismo – que não existe – existe. O Lula tem o rabo preso com o mercado.

PLAYBOY A esquerda não terá sempre um viés salvacionista?

FHC Sim. A esquerda está presa à idéia de revolução, que vai resolver tudo. O problema é que, para fazer a crítica do salvacionismo, é preciso fazer a crítica da revolução. E cadê coragem intelectual para fazer isso?

PLAYBOY Ainda é possível dividir o mundo entre esquerda e direita?

FHC Depende do que você chama de esquerda. A idéia central da esquerda clássica era: vamos acabar com a propriedade privada. Hoje não há um setor que diga isso. Minha geração nunca imaginou a transição do socialismo para o capitalismo, como acontece hoje na Rússia e na China. Os nossos sonhos eram outros. Só que nós acordamos. O que ficou desse tipo de esquerda antiga é o antiamericanismo, o nacionalismo e o estatismo. O que sobrou da idéia de revolução é o movimento antiglobalização. O que a Via Campesina está fazendo no Brasil, como arrebentar com os cultivos de sementes modificadas, é como no começo da industrialização, quando os ludistas quebravam máquinas. Mas não estão propondo nada em troca. Eu sempre chamei isso de utopia regressiva. É uma esquerda que não leu Marx.

PLAYBOY Em 1985, o senhor dizia que o debate não era entre esquerda e direita, mas entre moderno e arcaico. O que são moderno e arcaico hoje?

FHC Eu diria que, quando se fala de esquerda hoje, se fala em valores: justiça, liberdade, participação, menos desigualdade. Isso é alcançado não com revolução, mas com transformação. Os partidos que mantêm a idéia salvacionista atrapalharam muito o meu governo. O que é dar um passo adiante? É acabar com o salvacionismo petista e substituir por uma visão que não é a do clientelismo, do conformismo com a ordem existente, mas uma proposta de transformismo contínuo.

PLAYBOY O senhor acredita estar à esquerda do Lula?

FHC Não tenho dúvida. O Lula não é

intelectual, não conceitualiza, mas não vai discordar do que eu disse. Qual é a minha discordância do Lula? É que ele se adapta demais. Ele não tem mais corte nenhum, a moral não entra mais. A esquerda contemporânea não é maquiavélica, não é aquela dos "fins justificam os meios" para alcançar um objetivo. Ela precisa ter valores.

PLAYBOY Antes, o PT dizia "somos diferentes de todo mundo". Agora diz: "Somos iguais a todo mundo"...

FHC [Interrompendo] Igual a mim, não. O PT está à minha direita no conservadorismo, direita econômica, por causa de costumes mais atrasados e clientelistas. A mentalidade da meritocracia, de um Estado republicano, do que posso ou não, nunca penetrou no Brasil. As pessoas querem um paizão. Quem tem uma visão mais republicana são o PSDB e o próprio PFL.

PLAYBOY Mas na área econômica, os governos FHC e Lula não entram para a história como uma grande continuidade?

FHC Olhando historicamente, poderá se dizer: há continuidade. Mas não é identidade. Nem na política econômica. As condições do mundo são outras e eles mantêm as mesmas. Está errado. É uma agenda ultrapassada. Alguém deverá cobrar: por que não avançou mais na agenda e corrigeu coisas que eu não fiz? O Brasil está patinando. Não se está vendo porque a conjuntura é muito favorável no mundo.

PLAYBOY Em 2003, o senhor disse ao ex-presidente mexicano Ernesto Zedillo: "Lula sempre foi neoliberal". Lula se converteu ao capitalismo?

FHC Não. Ele nunca foi outra coisa. Ele acredita no mercado, sempre foi negociador sindical.

PLAYBOY E o senhor? É neoliberal?

FHC No sentido de que o mercado resolve tudo, nunca fui. Aliás, nesse aspecto o Lula também não. Acontece que hoje as forças de mercado são uma realidade e você tem que contar com

elas. Mas tem que se contrapor também. Eu não acredito que o mercado resolva sozinho as questões da pobreza e do crescimento. Mas o interventionismo do governo Lula acontece via agentes do partido. O Lula nomeou todos que foram derrotados nas eleições de 2002 para o ministério.

PLAYBOY Mas a chegada do PT fez bem à democracia brasileira, ou não?

FHC Poderia, mas não sei se fez porque, em vez de reformar, chegou para se acomodar. Eles mantiveram o mesmo sistema de acomodações contínuas, uma certa fruição do poder um pouco ingênuas. É uma mistura da sa-

“O Lula só fez atacar. Nunca me convidou para um café. Ele é muito competitivo, mais que eu. Não sinto raiva, mas ele não é meu amigo”

tisfação de estar no poder com a crença de que todos fizeram a mesma parceria que eles estão fazendo. Como se fosse natural. Essa é a defesa deles.

PLAYBOY Na posse do presidente Lula, ele disse que o senhor deixava um amigo no seu lugar. Vocês continuam amigos?

FHC A não ser essa declaração, o Lula só fez atacar. Ele nunca me convidou para tomar um café, o que deveria ter feito, em benefício dos bons costumes políticos. O Lula tem algo que o trava em relação a mim. E não é só comigo, pergunte ao [senador e candidato a presidente pelo PDT] Cristovam Buarque. O Lula não é uma pessoa de gestos que demonstrem publicamente generosidade política. E ele é muito competitivo, muito mais que eu. Quer ser o

primeiro sempre. Eu não tenho nenhum sentimento de raiva e inimizade em relação a ele – talvez ele possa ter comigo –, mas não o qualificaria de amigo. É exagerado.

PLAYBOY Em 1998, o senhor recebeu Lula no Palácio do Planalto dizendo: "Venha conhecer a casa onde você vai morar um dia". O senhor o imaginava como um sucessor?

FHC Sucessor, não. Eu sabia que a eleição dele podia acontecer. Recentemente, o [ministro do Exterior italiano Massimo] D'Alema me disse: "Você e o Lula têm que fazer o compromisso histórico". Quando eu estava na presidência, tentei várias vezes um diálogo com o PT, mas foi impossível. Depois da transição bastante civilizada, eu imaginava que pudesse haver uma convergência – eu não sabia de tudo o que se soube depois sobre o PT. Mas eles nos definiram como inimigos e foram fazer o mensalão, buscar apoio no setor mais tradicional e desmoralizado no Brasil. A disputa não é por idéias, é por posições. Isso mostra um atraso ideológico completo. Basta ver com quem o Lula anda. Por que andar com essa gente? Pode dizer que eu andei também, mas eu procurei me livrar.

PLAYBOY Seja qual for o presidente eleito, ele vai conseguir compor uma base de sustentação no Congresso?

FHC O nosso sistema aqui é paralisante. Nossos parlamentares são tecnicamente irresponsáveis. Eles podem pescar votos em vários lugares e não prestam contas. O governo Lula perdeu a iniciativa no Congresso. E desistiu, há dois anos. Eles vivem de uma situação econômica favorável. O que de novo foi trazido para o país? Depois que você descobre que o mais pesado que o ar voa, aumentar a velocidade do avião é mais fácil. Nós fizemos o avião voar.

PLAYBOY O senhor é considerado um grande estrategista político. A melhor maneira de destruir o PT era entregar o poder a ele?

FHC O PT saiu vivo desta eleição, mas machucado. O Lula é menos petista do que se pensa. Ele fez uma manobra: "Não tenho nada a ver com isso. São eles". Não sei qual será o futuro do PT. O futuro do Lula? Depende. Se ele ganhar a eleição, tem quatro anos aí que sabe Deus o que vai acontecer. Depois, o PT não tem muito horizonte. O PT é o Lula. E o Lula não é o PT.

PLAYBOY O senhor partilha da avaliação do Cristovam Buarque de que um eventual segundo mandato de Lula será mais autoritário e populista?

FHC Acho que o Brasil não aceita esse tipo de comportamento porque a sociedade organizada é muito grande. Pode haver, mas tem limites. Segundo, eu acho que tem um lado do Lula que vai, sim, para o quase messiânico, mas há um outro lado que tem valores democráticos. Isso depende das circunstâncias. Imagino que um segundo mandato, que eu espero que não exista, possa levá-lo a ficar um pouco mais desamparado de racionalidade [risos]. Talvez ele possa apelar mais para comportamentos populistas.

PLAYBOY O mesmo Cristovam levantou a hipótese de Lula tentar um terceiro mandato. O senhor acredita nisso?

FHC Não. Não diria que o Lula é anti-democrático. Pode até ser que ele não respeite as instituições, mas é no sentido mais tradicional: clientelismo, quebrar a lei para facilitar um pouco as coisas. O Lula é tático, não estratégico. Ele se adapta, não tem um propósito que persiga. Não é um estadista, não tem uma visão da história, não está querendo dar um rumo específico ao país. Ele é um chefe, que tem um lado caudilhesco. O Lula não teve paciência nem para dirigir o PT.

PLAYBOY É difícil ser presidente?

FHC Acho que tive um emprego pior que foi ministro da Fazenda, sobretudo naquela época das crises. O ministro tem menos anteparos. Mas é duro ser presidente, porque é um *full time job*.

O Lula me perguntou quando fomos para a Europa se eu lia jornais no fim de semana. Se fosse só jornal... Eu lia uma porção de coisas. Ele me disse: "Eu no fim de semana não leio nada". Isso é bom para a saúde mental dele. Agora, eu não sou assim.

PLAYBOY O senhor acha que o presidente Lula faz apologia da ignorância como alguns intelectuais dizem?

FHC Acho, porque ele diz tanto que não tem curso superior. Você não precisa ser doutor para ser presidente da República, mas também não precisa ser "apologeta" da ignorância, não precisa pregar. É melhor você ter infor-

sindical normal do Brasil, desse ponto de vista de tomar umas e outras. Também não acho que se deva fazer um finca-pé nessa matéria. Pode ser que em um dia de tensão ele tenha exagerado. Mas quem não? Uns com cachaça, outros com vinho, outros com uísque. Mas não sei se houve alguma forma de ação do Lula que tenha sido perturbada por causa de bebida. "Ah, estava com os olhos injetados". E daí? Dormiu pouco. Isso é venial.

PLAYBOY Quando o filósofo Jean Paul Sartre esteve no Brasil, o senhor disse: "Jânio é um populista, e no Brasil isso não é o mesmo que esquerdismo". Qual seria a definição do lulismo?

FHC O lulismo tem adesão da camada da população mais pobre, tem um reiterado apelo aos pobres. Na política do dia-a-dia, o Lula é muito bom: tem comunicação, esperteza, ele é pragmático, não tem muito compromisso com o que disse ontem. Simbolicamente, troca de boné a cada um que vai lá. Mesmo assim, Lula não é populista no sentido que era o Jânio. O Jânio não articulava com ninguém: era ele, a massa e pronto. O Lula é um homem que vem de partido, tem uma ligação mais institucional. Você vê no tratamento que ele dá: articula o tempo todo com o [senador José] Sarney.

PLAYBOY A oposição reagiu adequadamente à crise no governo?

FHC Provavelmente quando o Duda Mendonça depôs na CPI era caso de nulidade da eleição, abuso de poder econômico. Mas havia um problema. O Lula era o líder sindical de um país chamado de injusto que havia chegado lá. Você vai tirá-lo? Terá sido errado? Difícil avaliar. O Congresso, do jeito que estava, também tão comprometido, como votaria o impeachment?

PLAYBOY No governo Collor, o senhor disse: "Impeachment é como bomba atômica: serve para dissuadir, mas não deve ser usado". Foi esse o raciocínio que norteou a oposição agora?

“Não acho que o Lula seja diferente de um líder sindical normal do Brasil, desse ponto de vista de tomar umas e outras”

mação, capacidade de formar seus juízos. Acho que houve na sociedade brasileira uma certa transigência com a rusticidade. Quanto mais bruto, melhor. Mais autêntico. Que é isso? Estamos em uma sociedade civilizada. O ideal não é ser bruto. O ideal é o contrário, é polir.

PLAYBOY Em *The Accidental President of Brazil*, o senhor escreve que tomou cachaça com Lula na década de 1970. Chegaram a brindar?

FHC Provavelmente. No comício final da minha campanha a senador, em Osasco [em 1978], o Lula chegou lá e estava todo mundo bastante alto. Eu vi o Lula bebendo em várias situações, mas nunca o vi bêbado. Eu não acho que o Lula seja diferente de um líder

FHC Se eu tinha medo da bomba na época do Collor, imagina agora! A população não chegou a entender a crise porque os mecanismos de transmissão como a UNE e a CUT – que no tempo do Collor estavam com a oposição – agora estavam nas mãos do governo e não transmitiam nada. Eles provavelmente contra-atacariam com o argumento populista fácil do golpismo.

PLAYBOY Mas o senhor, que ouviu tanto "Fora, FHC!", não teve vontade de sair pela rua gritando "Fora, Lula!"?

FHC Não. Por que eu também deveria ser antidemocrata, como eles foram? O "Fora, Lula!" é agora nas eleições.

PLAYBOY O senhor acha que o presidente Lula sabia do mensalão?

FHC Impossível não saber. Acho que ninguém acredita que ele não sabia.

PLAYBOY Mesmo assim, Lula lidera as pesquisas com folga. O PT não dá um banho em comunicação no PSDB?

FHC Dá um banho. Eu nunca tive verbas de publicidade no montante que o Lula tem, nunca forçamos as estatais a serem usadas em benefício de política de governo. Até porque o PT sempre esteve infiltrado nas estatais. Em segundo lugar, a sociedade só ouve quando quer. O PT foi supercompetente para timbrar "é neoliberal", "não atendeu aos pobres". Eles têm mais capacidade de dar sustentação ao que fazem. Por exemplo: não é verdade que tenham investido mais. Mas o ministro da Fazenda se dá ao desplante de apresentar números errados. Imagina se o [Pedro] Malan ia fazer isso?! Eles são militantes políticos que, em nome do "sómos melhores", não se inibem em usar dados indevidamente.

PLAYBOY O senhor diz que, em uma democracia, um partido precisa ter pedagogia. O PSDB falhou nisso?

FHC Bastante. O PSDB muito frequentemente tinha vergonha de defender nossas posições e cedia aos gritos ideo-

lógicos do PT. O PT ganhou a batalha ideológica. Isso que é patético no Brasil. Por isso que o Lula é presidente: eles convenceram o país que dava para mudar tudo, que estava tudo errado. Chegando lá, fizeram a mesma coisa e outras diferentes, muito erradas.

PLAYBOY O novelista Sílvio de Abreu disse recentemente que pesquisas demonstram que o público não valoriza personagens com retidão de caráter. Para ele, a moral da população está em frangalhos. Isso se reflete na política?

FHC É efeito negativo do governo Lula, do clima que se criou, dessa tese do tudo igual. "Se é tudo igual, vamos

“O Collor fez uma coisa errada, mas era um crime privado. Isso é mais grave: É a corrupção das instituições”

aproveitar." Mas isso não é perene, as sociedades variam. Agora, o Brasil está precisando de exemplaridade. Pode até parecer conversa de velho bocó, mas isso é muito grave em função da perda de valores.

PLAYBOY Essa crise não evidencia uma descrença geral na classe política?

FHC Desgastou, não tenha dúvidas.

PLAYBOY Não está faltando ética em todos os partidos?

FHC Sempre tive cuidado com as pessoas que se declararam éticas. Que tipo de ética e em que circunstâncias? O PT e o governo fizeram a coisa mais grave na política: a corrupção das instituições. Eu não me lembro de exemplo histórico de uma corrupção institucional dessa magnitude. Não é caixa dois, isso foi artifício de advogado

que o Lula usou. Nem se pode aceitar que tenha sido um erro de alguns. Esses alguns eram o coração do partido e os mesmos são candidatos agora. O Collor fez uma coisa totalmente errada, mas era um crime privado. Isso é mais grave. A diferença é que o Collor tomou dinheiro. Agora os banqueiros estão ganhando muito e a classe média alta, que tem dinheiro nos bancos, também. E, com os programas sociais, todo mundo está melhorando um pouquinho. Isso amorteceu o sentimento de repulsa ao que aconteceu.

PLAYBOY As práticas das quais o PT é acusado nasceram no poder?

FHC Não é desvio, é norma imposta pela visão de um partido salvador que tinha que ser poderoso. Todo mundo diz que o PT é o único partido organizado. Essa organização custa dinheiro, que foi buscado através dos mecanismos das prefeituras. O Lula recebia 10 mil reais porque era presidente de honra do PT. Eu sou presidente de honra do PSDB. Imagina se vou dar essa idéia?! É absurda. É uma visão arcaica porque pensam que o partido é a antecipação da nova sociedade.

PLAYBOY O seu governo também foi acusado de compra de votos para a reeleição, problemas na privatização...

FHC Eles convenceram o país de que a privatização era uma "privataria". Eles repetem a mentira. Quando se prega uma infâmia repetidamente, algum dano faz. Não comprei voto nenhum – houve compra, mas não foi do governo. Dossiê Caiman? Meu Deus! Parte do público vai acreditar nisso. Mas não pode se desesperar. Ou então é melhor não ser político.

PLAYBOY A corrupção vai dar o tom da campanha deste ano?

FHC Vai ser parte. Campanha tem que apontar o futuro. Isso não quer dizer que se tema as comparações, que são ingênuas. O [Aloizio] Mercadante compara 2002, que é do Lula, com o próprio Lula. Os estragos causados no fi-

nal do meu governo foram pela expectativa do Lula ganhar. O Lula repete: "Nunca o Brasil fez tanto". Numa coisa ele terá razão. Quando ele sair, nunca terá havido tantos brasileiros vivendo no Brasil como naquele dia. Porque a população cresce [risos].

PLAYBOY O Geraldo Alckmin é o melhor nome para derrotar Lula?

FHC Não sei se é o melhor, porque isso depende das circunstâncias. Mas é o nome que ganhou os apoios necessários dentro do partido para ser o candidato. É um bom nome. Vamos saber depois, ou não vamos saber nunca, porque sempre poderia ser outro. Ele tem um lado bom: é mais oposto ao Lula do que qualquer outro. No estilo.

PLAYBOY O senhor tem convicção na vitória do Geraldo Alckmin?

FHC Não posso dizer que tenho convicção, acho que ele tem chance. Coisa que podia parecer quase improvável há algum tempo, hoje não é. Uma vez o [diretor do instituto de pesquisa Vox Populi] Marcos Coimbra me disse que, depois da redemocratização, nenhum candidato ganhou só em uma região. E o movimento sempre partiu do Sudeste. Nunca foi o Nordeste puxando. No segundo turno, o Lula está na frente só no Nordeste. Como eu já ganhei duas vezes dele, eu sei que eleição fica num vai-e-vem.

PLAYBOY Como é que o José Serra, que tinha 30% das intenções de voto, foi pretendido em função do Alckmin?

FHC O Serra teria que sair com o partido dividido. Ele já saiu uma vez assim e sabe o que isso custa. Naquele momento, certamente, o Serra teria mais previsão de votos. Mas ele era mais conhecido. Político profissional é sempre candidato porque é bom vencer, mas perder não é uma tragédia. Se eu fosse político profissional, seria candidato a alguma coisa. É que nunca fui. Quando digo que fui presidente por acaso, acidental,

é porque não preciso ser político para estar contente na vida. O Serra foi muitas vezes candidato, e recentemente. Então, a lógica seria indicá-lo. O que não quer dizer que, quando outro entrar na mídia, ele não possa também ganhar.

PLAYBOY Na primeira entrevista à PLAYBOY, em 1984, o senhor dizia que era o mais preparado para governar o Brasil....

FHC Fui vaidoso nesse caso [risos].

PLAYBOY Quem é hoje?

FHC O Serra. Ele tem a experiência, a vontade, a informação e a competência para tocar o Brasil nesse mo-

“O atraso é que comanda o PT. E o atraso não é a direita, é ficar próximo ao Estado para tirar proveito”

mento. O Lula poderia ter sido. Preparado quer dizer "com condições de". Não é só o Serra, mas alguém com estilo para pegar o touro pelo chifre, porque vai precisar.

PLAYBOY Naquele momento da decisão do candidato do PSDB, o apoio do senhor era para o Serra?

FHC O Geraldo acha que vai ganhar a eleição. O que é muito bom. Pode até ganhar. O fato de eu achar que o Serra esteja preparado não quer dizer que aquele momento seria o dele. O Aécio também pode ser um bom presidente. E ele tem mais tempo. Talvez o Aécio tenha mais capacidade de manobra política que o Serra e menos determinação para fazer as coisas.

PLAYBOY Cá entre nós, presidente, o PSDB não está mirando em 2010 com

Aécio, Serra ou o próprio FHC?

FHC Eu não. Além da idade, já fiz o que achava que podia fazer. Mas quando começa uma campanha, a cúpula, o militante, todos querem ganhar a eleição. Não ficam pensando em outras idéias. Isso é pensamento negativo de alguns políticos e dos jornalistas. Tem que ser 2006. Não adianta fazer planos porque 2010 é outro mundo.

PLAYBOY O filósofo Roberto Romano diz que PT e PSDB são primos que, em algum momento, vão se unir e dividir o bolo. O senhor concorda?

FHC Primos? Na economia pode ser que o PT, mesmo sem querer, seja nosso primo. Mas na política não tem família, estamos do outro lado. Eles teriam que renunciar à visão do partido hegemônico. Eu cheguei a imaginar que, mesmo com as deficiências do nosso sistema partidário, o PFL vivesse um partido mais do contribuinte; que o PT e o PSDB pudesssem conviver como duas tonalidades do mesmo. E talvez houvesse um partido mais conservador. Nossa maior dificuldade é organizar um partido conservador.

PLAYBOY É porque ninguém se assume como de direita no Brasil?

FHC Ninguém assume porque todo mundo é clientelista. Gosto da expressão do [sociólogo] Luiz Werneck Vianna: o problema é saber quem vai comandar o atraso. No tempo em que fui presidente, o PSDB comandou o atraso. Mas o atraso passou a comandar o PT. E o atraso não é a direita. A direita francesa ou chilena defendem valores. Aqui defendem é ficar próximo do Estado para tirar proveito.

PLAYBOY A gente gostaria que o analista político FHC definisse algumas pessoas em uma frase. Lula.

FHC Uma esperança perdida.

PLAYBOY Geraldo Alckmin.

FHC Uma esperança positiva.

PLAYBOY Ciro Gomes.

FHC Prefiro nem falar porque me dá arrepios. Não gosto.

PLAYBOY Tasso Jereissati.

FHC Tem capacidade de luta e generosidade suficientes para comandar um partido em um momento difícil.

PLAYBOY Heloísa Helena.

FHC Gosto dela. É uma mulher que tem uma rusticidade franca, mas que toca em um certo nervo das pessoas.

PLAYBOY Cristovam Buarque.

FHC Sempre foi meu amigo. É um idealista e tem generosidade.

PLAYBOY Tarso Genro.

FHC Tem pretensões intelectuais e não chega a alcançá-las.

PLAYBOY José Dirceu.

FHC Conheci poucos com tanta determinação e capacidade de operar. Politicamente não é confiável, pois fez algo que fere a democracia. Pessoalmente, não tenho elementos para avaliá-lo.

PLAYBOY José Sanei.

FHC Não conheço alguém que tenha um ouvido tão bom para a política. Sabe tudo. E gosto das crônicas dele.

PLAYBOY Renan Calheiros.

FHC Um operador. Tem determinação.

PLAYBOY ACM.

FHC Difícil qualificar. Ninguém pode agradar mais do que ele quando quer e ninguém pode ser tão destrutivo. Ele tem um sentido do que é comunicar no mundo de hoje como poucos.

PLAYBOY O cientista político Bolívar Lamounier diz que faltam novas lideranças políticas e idéias no Brasil. O senhor concorda com isso?

FHC Concordo. Uma pessoa pode ter idéia, mas idéia política é uma idéia que pegue e que tenha força. Nesse momento o país requer ação na reforma política e na segurança.

PLAYBOY A segurança não é o calcanhar-de-aquiles do Alckmin?

FHC Por fatalidade, porque ninguém fez mais do que ele.

PLAYBOY A segurança era um dos cinco dedos da sua campanha. Por que o senhor não fez?

FHC Nós fizemos o fundo de segurança pública, a legislação de crime de colarinho branco e o COAF [órgão que fiscaliza movimentações financeiras]. Mas essa área tem plano para ação. Tem que mexer nas leis, investir, construir presídios. E só repressão não resolve. A vida para eles não tem o mesmo valor que tem para nós.

“Quando eu era presidente, meu carro foi roubado e o da Ruth também. O dela foi devolvido. O meu nunca foi”

PLAYBOY Durante os anos de governo, sua casa foi assaltada duas vezes...

FHC Era a casa onde eu guardava meus documentos. Meu carro foi roubado e o da Ruth também. O meu nunca foi devolvido e o dela foi devolvido quando souberam, no Rio de Janeiro.

PLAYBOY Então a dona Ruth tinha mais prestígio que o senhor?

FHC O meu carro era um Golzinho vagabundo. Não imaginaram que fosse do presidente da República.

PLAYBOY E por que ninguém entrava no seu carro presidencial?

FHC Eu não sou uma pessoa formal, mas o presidente tem que ter normas. Você não pode usar o governo privadamente. O carro é um local muito

íntimo. Alguém pode dizer o que lhe der na telha. E na frente estão o motorista e o chefe de segurança. Eleger quem são os amigos que entram no carro também é um perigo. Eu contei tudo isso para o Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do Lula, e para o [Luiz] Gushiken. Quando a sala do presidente vira chacrinha, acabou.

PLAYBOY O senhor fez mais amigos ou perdeu mais amigos no governo?

FHC Eu não creio que tenha feito mais inimigos. Tem algumas pessoas de quem eu realmente não gosto, porque acho que têm uma conduta que prefiro não estar próximo. Uma regra importante: não há maneira melhor de você afastar as pessoas do que a polidez. Você cria uma barreira. Sobretudo quando está lidando com aquele pessoal que vem falar com você porque quer alguma coisa, seja muito educado. Quantas vezes o pessoal da universidade me disse: “Você tem que aguentar esta gente”. Eu nunca achei isso. Aí entra o meu lado de sociólogo: mesmo aqueles considerados gente malandra são pessoas muito interessantes, desde que você não caia no conto delas. Esse pessoal mais fisiológico é parte da realidade brasileira. Há áreas no Brasil que são faroeste.

PLAYBOY O presidente Bill Clinton ainda é seu amigo?

FHC Sim. De todas as pessoas que eu conheci, o Clinton foi a que me deixou a impressão mais forte. Os EUA é o país alvo das agressões. É mais fácil ser presidente do Brasil ou da França, do ponto de vista do relacionamento com os outros países.

PLAYBOY Durante o caso Monica Lewinsky, vocês conversaram?

FHC Eu liguei para ele. Difícil, né? Ele me disse: “Vou vencer essa crise”. Ele estava sob risco de impeachment.

PLAYBOY De homem para homem, o senhor não acha que ele colocou o cargo em risco por muita pouco?

FHC Acho. Também é questão de compostura. Aquilo não afetava a vida de terceiros, como a corrupção, mas para que fazer? Não quero julgar a motivação.

PLAYBOY A reação do 11 de setembro seria diferente com um democrata?

FHC Em geral, acho que sim. Houve uma aproximação do partido republicano com o fundamentalismo religioso nos EUA. As rixas que dividem os norte-americanos são de valores: casamento entre homossexuais e aborto.

PLAYBOY Há uma avalanche de líderes populistas na América Latina. Isso é fruto da descrença na globalização?

FHC A entrada na globalização é uma coisa dramática, muitas crises e restrições. Segundo, nem todos têm possibilidade de entrar de uma maneira positiva. Então dá uma certa angústia, insatisfação. A população não viu benefício concreto disso. Quando ela vê, é melhor, como no caso do Chile, Brasil e, até certo ponto, do México.

PLAYBOY Isso explica o Evo Morales?

FHC O sistema político da Bolívia era bem pior que o nosso. E os indígenas nunca tiveram acesso a nada. O segundo turno da eleição era no Congresso e ficava entre os partidos tradicionais. O Morales, nesse sentido, é uma democratização. Mas ele é líder sindical, negociador – nem é indígena totalmente. A mãe é indígena. O pai não. O problema é que ele está tentando responder às reivindicações de forma chavista. E, portanto, antiga, no sentido de expropriação, nacionalização. No fundo não vai dar em nada. Vai dar em aumento do preço do gás.

PLAYBOY Como o senhor agiria numa invasão da Petrobras?

FHC Eu não teria apoiado ninguém fora do Brasil, como o Lula fez. Também não deixaria chegar ao ponto de colocar tropas. Muito menos deixar a ingerência de terceiros na ne-

gociação. Ele viu o Chávez incentivando, o Lula bambeando e avançou muito. Podemos até discutir racionalmente o aumento do preço do gás. Agora, a longo prazo, os clientes somos nós. Não dá pra acabar com a galinha dos ovos de ouro.

PLAYBOY Qual o papel do Chávez na América Latina?

FHC Um: é contra a globalização. Dois: tem dinheiro. Três: honra ao Chávez, dá dinheiro ao povo. O que se pode dizer é que realmente ele está usando a democracia formal para assumir demasiados poderes. Ele é militar, a reação dele é sempre autoritária.

“Fui a um acampamento do MST. Não sabiam que era eu. Depois, descobriram. Tomei café e disse: na próxima, vocês vão lá em casa”

PLAYBOY O senhor disse que o Lula não aguenta o Chávez. É verdade?

FHC O Chávez é muito insistente. E vamos ser claros: ele passou à frente do Lula em termos simbólicos como o líder do anti-qualquer-coisa. O Brasil não está em uma posição boa na América do Sul porque se proclamou líder, mas não lidera nada. Se o Brasil se candidata a alguma coisa, não tem apoio. Eu nunca vi isso. É uma fragilidade grande. Nós sempre exercemos uma liderança regional espontânea. Mas não era formal, nem autoproclamada.

PLAYBOY O que o senhor acha do MST?

FHC Acho que pode complicar porque é um movimento grande, organizado, com uma utopia regressiva e com apoios no governo. O MST hoje é um

partido. E você vê o que eles pensam, eles estão defendendo a ruptura. Eu sempre fui favorável à reforma agrária, mas, para ela funcionar, tem que dar meios técnicos, tem que ter algo do agrobusiness puxando. O que está acontecendo é o Estado tendo que sustentar infinitamente, dando empréstimos que não vão ser pagos. Você não pode ter uma sociedade assim, tem que ter produtores. O governo Lula expandiu muito a clientela do Estado. Tudo bem, eu fui o primeiro a começar com isso. Mas tem que ter limites.

PLAYBOY Como foi a vez que o senhor, ainda presidente, se “infiltou” em um assentamento do MST?

FHC Foi divertido. O assentamento ficava perto da nossa fazenda em Minas. Em vez de sair pela porta da frente, onde estava toda a imprensa, fomos por trás. Fui de botas, chapéu e óculos escuros. Cheguei lá e não me reconheceram. Sabe como é o Brasil: o pessoal vai embora na conversa. Uma senhora começou a desconfiar, mas uma mais mocinha perguntou se eu queria ver onde eles moravam. Estava ela, as crianças e o marido – um marceneiro que tinha vindo do Pará. Ela ofereceu café. Nesse momento, todos já sabiam quem eu era. E não mudou nada! No final, eu disse: “Da próxima vez, vocês vão lá em casa tomar um café”. A reação do povo diante do presidente raramente é agressiva. Só é agressiva quando tem grupo organizado. Ou quando tem imprensa.

PLAYBOY O senhor ainda joga pôquer toda semana?

FHC Toda semana, não. Infelizmente. Na presidência, eu jogava no avião, com o pessoal do Itamaraty. Brincava que eles iam perder o posto se ganhassem de mim. Sempre com pouco dinheiro, quase simbólico. E eu jogo bem!

PLAYBOY O senhor tem sorte ou é bom de blefe?

FHC Não sou bom de blefar, é mais por sorte. É difícil eu perder. Em São Pau-

lo jogo com a turma de Ibiúna, como o [historiador] Boris Fausto e o [sociólogo] Leônio Martins Rodrigues. Mas a conversa vale mais que a aposta.

PLAYBOY E a fama de ser pão-duro? É verdade que o senhor quase morreu de frio no exílio no Chile por não comprar um aquecedor?

FHC É verdade. Era o Celso Furtado, eu e o Francisco Weffort. Não era fácil fazer a gente gastar. O outro era o Wilson Cantone, um professor que era o mais pobre de nós e o mais disposto a gastar. Agora eu sou menos pão-duro. Tenho mais recursos, mas acho que tenho horror ao desperdício. O Serra abria a geladeira na minha casa em Brasília e dizia: "Isso aqui é uma natureza-morta". Não tinha nada.

PLAYBOY E a falta de senso de direção que o senhor diz ter?

FHC Quem se perde tem pensamento puramente abstrato e não sabe desenhar. Meu desenho é infantil. Quando eu guiava, eu me perdia com frequência. Me perdi duas vezes nos EUA. Uma no Brooklyn. Resolvi tomar o metrô e tinha que trocar de trem. Comecei a olhar os mapas – o que para mim é complicado – e troquei errado. Quando saí para a rua, eu fazia sinal e os carros não paravam. Outra vez foi no Harlem, nos anos 70. O Florestan [Fernandes] me deu um endereço. Eu estava de colete, paletó e cheio de dólares no bolso. Chegaram aqueles molehões imensos e ficaram jogando uma bola de basquete ao meu redor para me ameaçar. Andei um pouco e encontrei a polícia. Foi a minha sorte.

PLAYBOY O senhor teve problemas de saúde quando estava na presidência?

FHC Sempre fui saudável. Mesmo gripe é raríssimo. Dor de cabeça, nunca. No Alvorada, eu nadava três vezes por semana e fazia exercício. Os ajudantes de ordem tinham instrução de me tirar 23h30 dos lugares para eu não varar a noite. Basicamente os problemas que eu tive na presidência foram

porque eu sou comilão. Se você for presidente, não pode ir para o olho do furacão. Eu não aumento problema, nem gosto de criar problema. Com a experiência, você vê que, quando um problema é insolúvel, está resolvido. Também tem que ter a separação entre pessoa e personagem. Por exemplo, se o Jânio desinfeta uma cadeira, problema é dele. Eu não infectei nada.

PLAYBOY O senhor sentiu quando Jânio desinfetou aquela cadeira? [Em 1985 ele perdeu para Jânio Quadros a Prefeitura de São Paulo. O jornal Folha de S.Paulo publicou uma foto com FHC sentado na cadeira do prefeito antes da hora]

"O Serra abria a geladeira de casa, em Brasília, e dizia: "Isso é uma natureza-morta". Não tinha nada. Agora sou menos pão-duro"

FHC Achei uma cafajestada. Ao lado da tolerância, que é muito forte em mim, eu prezava boas maneiras. Quando o Jânio morreu, eu escrevi um artigo sobre o líder, até com, não diria admiração, mas reconhecimento. Agora, eu acho o Jânio um ser humano detestável. Eu não sentei na cadeira por precipitação. Foi um acordo com os jornalistas, que um deles furou e publicou a foto. Foi mais ingenuidade da minha parte do que veleidade.

PLAYBOY O senhor também teria perdido aquela eleição quando não professou publicamente sua fé em Deus...

FHC Eu disse [ao jornalista Boris Casoy] que era uma questão de foro íntimo, não cabia perguntar ao candidato. Tem que perguntar se ele respeita as religiões.

Eu fui muito católico na adolescência, ia a procissão, fazia penitência.

PLAYBOY Atualmente, como está a sua relação com a religião?

FHC Pode parecer estranho, mas eu adoro ir à missa. Pelo ritual. Às vezes até ouço pela televisão. Talvez tenha uma coisa nostálgica. Até tenho um rosário que dom Eugênio [Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro] me deu e que o papa tinha dado a ele. Ficou sempre na minha cabeceira. Será superstição ou crença? É respeito. E eu acho que a religião hoje está fazendo falta. A religião tem valores e o país precisa de valores. Agora, desde que não queiram ser "a" verdadeira.

PLAYBOY Dizem que o senhor queria ser general ou cardeal quando era criança. Por que não papa?

FHC Papa nunca pensei [risos]. Meus pais diziam que eu queria ser cardeal. Eu dizia que queria ser duque, no sentido de chefe. De brincadeira. Talvez eu sempre tivesse achado que ia mandar. No fundo eu sempre achei que tinha capacidade de comando.

PLAYBOY Por falar em comando, é verdade que sua mãe, dona Nayde, era quem mandava na sua casa?

FHC Minha mãe, amazonense, era uma pessoa muito afirmativa e tinha opinião política. Ela chegou a correr com guarda-chuva para dar bordoadas em um pessoal durante um comício da campanha do petróleo. E quem dava o tom da educação era ela. Eu fui um adolescente muito magro. Certa vez, comecei a me sentir mal e minha mãe logo diagnosticou: "O menino tem fraqueza". Ela começou a me dar o remédio tradicional: vinho do Porto, canela e ovo. Mas eu estava com hepatite e quase morri.

PLAYBOY O senhor foi uma criança levada?

FHC Não. Sempre fui mais de ler que de fazer esporte. No ginásio, eu ia remar no rio Tietê. E fui muito ruim de bala. Não seria um fenômeno.

PLAYBOY É possível distinguir a obra da pessoa? Por exemplo, o senhor escuta Chico Buarque, eleitor declarado do Lula?

FHC Claro. Eu adoro a mãe do Chico e gostava muito do pai dele, o Sérgio Buarque, que fundou o PT. Acho que hoje o Sérgio não estaria mais no PT. Não vejo o Chico há muito tempo.

PLAYBOY E o que acha do Gilberto Gil?

FHC Gosto do Gil. Ele nos apoiou sempre. E o Caetano Veloso é um intelectual refinado.

PLAYBOY Lê o Luiz Fernando Veríssimo, que sempre criticou o senhor?

FHC Eu lia mais o pai dele, né? O Veríssimo escreve bem, mas acho que ele não tem muita noção da política tal como ela realmente é. É curioso: nossos intelectuais têm grande liberdade de opinar sobre o que não entendem.

PLAYBOY E o que achou do "silêncio dos intelectuais"?

FHC Lamentável. Acho que tem que ter coragem intelectual. Eu adiro ao PT e depois esqueço do resto? Isso eu não acho sério intelectualmente. Intelectual tem que entrar na briga, tem que duvidar, tem que ser crítico sempre. Mas quando diz "sou do lado bom" e não vê mais nada, vira conformista. Quando ficam em silêncio, estão justificando sem justificar. Falaram a vida inteira, por que calaram agora? Tantas pessoas de grande valor no Brasil viraram estátuas e nunca mais fizeram nada, a não ser ficar na pose, porque se levam a sério demais.

PLAYBOY Marilena Chauí virou estátua?

FHC Há muito tempo [risos]. Politicamente diz coisas sem consistência intelectual. Mas acho que ela é boa quando é filósofa.

PLAYBOY Como o senhor descobriu a faculdade de sociologia?

FHC A faculdade foi acidente. Foi um professor que durante umas férias se encontrou comigo e disse: "Vá para as ciências sociais". Além disso, eu tinha sido reprovado em latim para a faculdade de direito. Quando eu entrei na universidade, a idéia era muita

A pura cerveja de Petrópolis é uma das mais gostosas que existem porque leva na sua formulação ingredientes nobres e uma água de excelente qualidade.

Por isso, sempre que você quiser tomar uma cerveja sem comparação, não viague, peça Itaipava.

www.cervejaitaipava.com.br

mais socialismo e literatura. Eu queria mudar o mundo, como todo mundo. Nós tínhamos uma revista [*a Revista de Novíssimos*] que todos ficaram famosos: o Décio [de Almeida Prado], o Augusto e o Haroldo de Campos, o Boris Fausto e o Ataliba Nogueira.

PLAYBOY Então o senhor correu o risco de virar poeta concreto?

FHC [Risos] Não tinha risco porque eu era muito ruim.

PLAYBOY A dona Ruth entrou na frente do senhor no vestibular. Isso não machuca a vaidade?

FHC Ela entrou em primeiro lugar e eu em segundo. A Ruth sempre foi muito melhor que eu em certas áreas, como matemática. Até hoje eu peço para ela ler minhas coisas. Aqui em casa todos são muito críticos – o que é um problema. Mas vamos ser claros: desde muito moço eu tinha prestígio na área acadêmica. Nunca fui inseguro nem precisei dar cotovelada para poder existir.

PLAYBOY O senhor é tão vaidoso quanto as pessoas dizem?

FHC É mais onda. Do ponto de vista de roupas, a Ruth e meus filhos me criticam porque eu misturo tudo. Talvez seja no plano intelectual, mais que no político. Não fico querendo ser o primeiro. Minha competição é muito mais em mostrar que eu estou certo. Até hoje eu adoro discutir, gosto de debater e de ganhar o debate. E, quando eu vou discutir, não me ponho no pedestal. Eu até digo que sou mais inteligente que vaidoso, que é uma brincadeira para mostrar que sou vaidoso. Nós, os intelectuais, somos mais vaidosos que os políticos, mas eu acho que você não pode virar estátua. As pessoas têm que rir de si mesmas e deixar que os outros riem.

CONHECER OUTROS

PAÍSES É ÓTIMO.

COMPROVAR QUE O BRASIL

É EM UMA DAS MELHORES

CERVEJAS DO MUNDO

É SEM COMPARAÇÃO.

A SR^a PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL)

– V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Embora muito ainda havendo a tratar, mas não havendo oradores inscritos, encerraremos a sessão.

Espero realmente que, nesta próxima semana, a CPI dos Sanguessugas possa prestar um grande serviço ao povo brasileiro, investigando os sanguessugas de dentro do Ministério da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia para que possamos de fato desmontar toda essa quadrilha que acabou sendo investigada na CPI dos Sanguessugas.

Parte do Legislativo já foi investigada, não todo ainda, porque certamente outras empresas também pagavam propina dentro dos Ministérios e há outros

Parlamentares também, isso ainda será investigado. Mas espero que, o mais rapidamente possível, possamos investigar os dois Ministros da Saúde, os assessores dos Ministros, dirigentes importantes do Partido do Presidente da República, para que possamos de fato acabar com esse esquema sujo de ladrões de ambulância.

A SR^a PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convidando para a próxima sessão a realizar-se segunda-feira, às 14 horas.

A SR^a PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 13 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

(*) Republicada a folha de rosto por ter saído com incorreções as emendas do Deputado Júlio Lopes.

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer da **MEDIDA PROVISÓRIA N° 303** adotada em 29 de junho de 2006 e publicada em 30 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal":

CONGRESSISTAS	EMENDA N°S
DEPUTADO ALBERTO FRAGA	038, 093, 104, 134
SENADOR ALVARO DIAS	020, 050
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO	006, 051, 111, 114
DEPUTADO ANTONIO C. M. THAME	019, 033, 045, 112, 113, 118, 139, 148, 192, 193, 194, 195, 196
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	052, 089, 161
DEPUTADO AROLDO CEDRAZ	026, 070, 095
DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE	179
DEPUTADO CARLOS A. LERÉIA	016, 018, 041, 042, 061, 065, 066, 078, 084, 129, 143, 211, 212
DEPUTADO CARLOS BATATA	182
DEPUTADO CHICO DA PRINCESA	164, 165, 166, 173, 176, 199
DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI	001, 011, 012, 021, 023, 032, 039, 057, 058, 076, 081, 085, 094, 096, 098, 099, 100, 101, 102, 116, 117, 127, 156, 197, 214, 215
DEPUTADO EDISON LOBÃO	225
DEPUTADO EDUARDO BARBOSA	064
DEPUTADO SCIARRA	201
DEPUTADO EDUARDO VALVERDE	105
DEPUTADO FERNANDO BEZERRA	177

(*) Republicada por incorreção neste sumário. Publicado no Volume II do Suplemento ao número 116, DSF de 11/07/2006.

DEPUTADO FRANCISCO TURRA	035, 171
DEPUTADO FLÁVIO ARNS	030, 144
DEPUTADO FLEURY	130, 131, 136
SENADOR FLEXA RIBEIRO	002, 159
DEPUTADO GEDDEL VIEIRA LIMA	220
DEPUTADO GERSON GABRIELLI	128
DEPUTADO GERVÁSIO SILVA	008, 053, 056, 083, 091, 103, 138, 141, 142, 146, 202
DEPUTADO GIACOBO	009, 062, 125, 203, 204
DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA	036, 119, 172
DEPUTADO JACKSON BARRETO	174, 175, 198
DEPUTADO JAMIL MURAD	110
DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI	072
SENADOR JONAS PINHEIRO	007, 107, 183
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO	207
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA	122, 135, 200
DEPUTADO JÚLIO LOPES	027, 223
SENADOR LEONEL PAVAN	013, 044, 187, 188, 189, 190, 191, 221, 222
DEPUTADO LUCIANO ZICA	151
DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE	152, 153
DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY	010, 040, 047, 054, 055, 060, 073, 074, 075, 079, 086, 087, 088, 090, 092, 097, 115, 121, 123, 124, 150, 162, 163, 167, 168, 169, 178, 184, 185, 186, 205, 206, 208, 209, 210, 213, 216, 219
DEPUTADA MARIANGELA DUARTE	069, 108, 147
DEPUTADO MEDEIROS	022, 025, 037, 140, 149
DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA	003, 014, 029, 031, 160, 217, 218, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235
DEPUTADO MOACIR MICHELETTO	181
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	180
DEPUTADO ODACIR ZONTA	157, 158
DEPUTADO OSMAR SERRÁGLIO	015, 034, 048, 067, 068

DEPUTADO OSVALDO REIS	120
DEPUTADO PAES LANDIM	043, 059, 077, 133
DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO	170
DEPUTADO PEDRO FERNANDES	236
DEPUTADO SANDRO MABEL	017, 024, 049, 063, 080, 109
SENADOR SÉRGIO GUERRA	004, 005, 028, 046, 106, 126, 132, 137
DEPUTADO SILAS BRASILEIRO	154, 155
DEPUTADO TADEU FILIPPELLI	071, 082, 145
DEPUTADO WAGNER LAGO	224

SSACM
TOTAL DE EMENDAS: 236

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emenda
AO
PROJETO DE LEI
N.º 06/2006-CN**

**MENSAGEM
N.º 076, de 2006 – CN
(Nº 00592/2006, na origem)**

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 97.472.929,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00001

PL 006/2006-CN

Mensagem 0076/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 06/2006 - CN

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 2.084.000,00 (DOIS MILHÕES E OITENTA E QUATRO MIL REAIS).

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 14000

UNIDADE: 14104

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 2.084.000,00

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 02.122.0570.5439

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 14000

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 02.122.0570.5439.0721 R\$ 788.000,00

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 02.122.0570.3568.0101 R\$ 763.000,00

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 02.122.0570.5439.0577 R\$ 533.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO AMAZONAS, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS NA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL PARA CARTÓRIO ELEITORAL, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, MELHORANDO O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO QUE CLAMA POR UM ESPAÇO FÍSICO MAIS CONDIZENTE COMO SERES HUMANOS, CRIADOS A SEMELHANÇA DE CRISTO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
DEPUTADO CARLOS SOUZA		AM	PP
DATA	ASSINATURA		
02/08/2006			

**EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO
SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

EMENDA - 00002

PL 006/2006-CN

Mensagem 0076/2006-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

06/2006

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

ÓRGÃO: 12000 – JUSTIÇA FEDERAL

UNIDADE: 12101 – JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: – 02.122.0569.102W.0101 – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Itabaiana-SE

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
F	4	2	90	0	300.000

Como consequência, solicito o cancelamento de idêntico valor do Anexo I (Suplementação) na seguinte Funcional Programática:

ÓRGÃO: 12000 – JUSTIÇA FEDERAL

UNIDADE: 12101 – JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: – 02.122.0569.1D78.0101 – Aquisição de Edifício-Sede da Subseção de São Bernardo do Campo - SP

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
F	5	2	90	0	300.000

JUSTIFICATIVA

O projeto, nos moldes apresentado, representa uma inversão de ações no curso normal do processo pois, não há meios de se prestar uma assistência jurídica de qualidade a pessoas carentes, sem que se disponha de espaço físico para receber as mesmas.

Existe em andamento uma obra de construção do Edifício-sede da Justiça Federal de Primeiro Grau em Itabaiana, Estado de Sergipe, e sua conclusão é imperiosa.

Não se deve perpetuar o hábito existente no Brasil de iniciar novas obras enquanto outras tantas restam inacabadas.

Procedendo dessa forma, estaremos contribuindo para a melhoria da qualidade da assistência jurídica dispensada à população carente, bem como da qualidade dos gastos públicos, permitindo um retorno qualitativo à população.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

JOSÉ CARLOS MACHADO

SE

PFL

02/08/2006

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00003

PL 006/2006-CN

Mensagem 0076/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL nº 06/2006-CN	PÁGINA 1 DE 1
TEXTO		

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (UO 14110), o seguinte subtítulo:

SUPLEMENTAÇÃO:

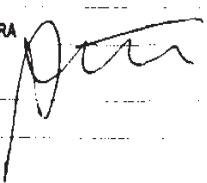
UO: 14110
 Funcional: 02.122.0570.5439.0529
 Subtítulo: Construção de Cartórios Eleitorais – No Município de Timon - MA
 Valor: R\$ 500.000,00
 Mod. Aplic.: 90
 GND: 4 – Investimentos

CANCELAMENTOS:

UO: 20101
 Funcional: 04.722.1032.2670.0001
 Mod. Aplic.: 50
 GND: 3 – Outras Despesas Correntes
 FTE: 100
 Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suplementar a Construção do Cartório Eleitoral de Timon - MA

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1214	Deputado ANTONIO JOAQUIM	MA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
08/08/2006			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00004

PL 006/2006-CN

Mensagem 0076/2006-CN

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL nº 06/2006-CN

1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (UO 14110), o seguinte subtítulo:

SUPLEMENTAÇÃO:

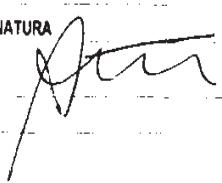
UO: 14110
 Funcional: 02.122.0570.5439.0615
 Subtítulo: Construção de Cartórios Eleitorais – No Município de Presidente Dutra - MA
 Valor: R\$ 500.000,00
 Mod. Aplic.: 90
 GND: 4 – Investimentos

CANCELAMENTOS:

UO: 20101
 Funcional: 04.722.1032.2670.0001
 Mod. Aplic.: 50
 GND: 3 – Outras Despesas Correntes
 FTE: 100
 Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suplementar a Construção do Cartório Eleitoral de Presidente Dutra - MA

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1214	Deputado ANTONIO JOAQUIM	MA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
08/08/2006			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00005

PL 006/2006-CN

Mensagem 0076/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL nº 06/2006-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (UO 14110), o seguinte subtítulo:

SUPLEMENTAÇÃO:

UO: 14110
 Funcional: 02.122.0570.5439.0525
 Subtítulo: Construção de Cartórios Eleitorais – No Município de Imperatriz - MA
 Valor: R\$ 500.000,00
 Mod. Aplic.: 90
 GND: 4 – Investimentos

CANCELAMENTOS:

UO: 20101
 Funcional: 04.722.1032.2670.0001
 Mod. Aplic.: 50
 GND: 3 – Outras Despesas Correntes
 FTE: 100
 Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suplementar a Construção do Cartório Eleitoral de Imperatriz - MA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1214

Deputado ANTONIO JOAQUIM

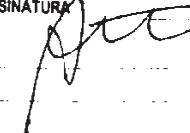
MA

PSDB

DATA

08/08/2006

ASSINATURA



«AUTOR»

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00006

PL 006/2006-CN

Mensagem 0076/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL nº 06/2006-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (UO 14110), o seguinte subtítulo:

SUPLEMENTAÇÃO:

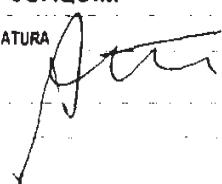
UO: 14110
 Funcional: 02.122.0570.5439.0519
 Subtítulo: Construção de Cartórios Eleitorais – No Município de Bacabal - MA
 Valor: R\$ 500.000,00
 Mod. Aplic.: 90
 GND: 4 – Investimentos

CANCELAMENTOS:

UO: 20101
 Funcional: 04.722.1032.2670.0001
 Mod. Aplic.: 50
 GND: 3 – Outras Despesas Correntes
 FTE: 100
 Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suplementar a Construção do Cartório Eleitoral de Bacabal - MA

ÓRGÃO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1214	Deputado ANTONIO JOAQUIM	MA	PSDB
DATA	ASSINATURA		
08/08/2006			

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 315, adotada em 3 de agosto de 2006 e publicada no dia 4 do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006”.

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado Antônio Carlos M.Thame	019
Senador Arthur Virgilio	017
Deputado Betinho Rosado	020, 021
Deputado Ivan Ranzolin	003
Senador Jorge Bornhausen	001, 005, 009, 010, 011, 012, 013, 016
Deputado José Carlos Aleluia	014, 018
Deputado Sérgio Miranda	002, 004, 006, 007, 008, 015, 022, 023

SSACM

Total de Emendas: 023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 315

00001

data 09/08/2006	proposição Medida Provisória nº			
autor Senador JORGE BORNHAUSEN	nº do prontuário			
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

EMENDA N° – CM
 (à MPV nº 315, de 2006)

Suprima-se o parágrafo único do art. 3º e dê-se ao *caput* a seguinte redação:

“Art. 3º Relativamente aos recursos em moeda estrangeira ingressados no País e aos relativos às operações simultâneas de compra e venda de que trata o art. 2º, compete exclusivamente ao Banco Central manter o registro e o controle dos contratos de câmbio correspondentes.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo deixar exclusivamente ao Banco Central do Brasil a tarefa e a responsabilidade de registrar e controlar os contratos de câmbio, pois essa atribuição não se enquadra naquelas para as quais é vocacionada a Secretaria da Receita Federal. Além disso, a atribuição de dupla competência poderia gerar, na prática, conflitos e perda da capacidade estatal de controlar área tão sensível da economia, como o câmbio.

PARLAMENTAR

MPV - 315

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Autor	Proposição		Partido	Nº do Prontuário
		Modificativa	Aditiva		
08/08/2006	Deputado Sérgio MIRANTE	Substitutiva		PDT	Substitutiva Global
	X Supressiva				Número:
	Artigo: 6º	Parágrafo:	Inciso:	Alinea:	

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprimasse o art. 6º da Medida Provisória nº 315, de 2006.

JUSTIFICAÇÃO

Desde 1997, por meio da Medida Provisória nº 1569/97, seguidas das MPs 1734-22/98 e 1836-30 (convertida na Lei nº 9897/99) e, por último, a Lei nº 10755/03. Esta estabelece, no art. 1º, estar o importador sujeito ao pagamento de multa quando: (a) *contratar operação de câmbio ou efetuar pagamento em reais sem observância dos prazos e das demais condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil*, e (b) *não efetuar o pagamento de importação até 180 dias a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto no esquema de pagamento constante do Registro de Operações Financeiras (ROF)*, se financiadas. O art. 6º da MP 315/06 afasta da incidência da referida multa as importações cujo vencimento tenha ocorrido a partir de 4 de agosto de 2006, ou se financiada, o termo final para liquidação do contrato de câmbio de importação não tenha transcorrido também até 4 de agosto do ano em curso.

A razão para a manutenção da multa reside no fato de o Brasil ter que zelar pela adimplência das operações contratadas por seus importadores, princípio fundamental nas negociações do comércio exterior. Afastar a multa pode certamente incentivar a inadimplência dos pagamentos das importações brasileiras, além de levar os exportadores extermos a exigirem pagamento antecipado para a grande parte das importações brasileiras ou mediante carta de crédito, com aumento significativo dos custos e dos riscos envolvendo essas operações. Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares à aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, de agosto de 2006

MPV - 315
00003

MEDIDA PROVISÓRIA N°. 315, DE 3 DE AGOSTO DE 2006.
(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do §1º. do art. 26 da lei nº. 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto-nº. 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº. 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº. 303, de 29 de junho de 2006.

EMENDA SUPRESSIVA N°._____/2006

Artigo Único – Suprime-se o art. 16 da Medida Provisória nº. 315, de 3 de Agosto de 2006.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende suprimir o art. 16 da Medida Provisória nº. 315, de 3 de Agosto de 2006, que tem a seguinte redação:

Art. 16. Fica reduzida a zero, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do imposto de renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do Art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2008.

Na edição da MP em questão, o governo justificou a inclusão do artigo com a seguinte argumentação:

Já o art. 16 estabelece a redução a zero, por prazo determinado, da alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os valores remetidos ao exterior a título de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores

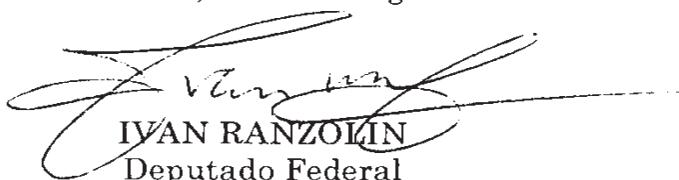
destinados ao transporte aéreo público regular de passageiros e cargas. Recentemente, diante da grave crise pela qual o setor aéreo passava mundialmente, a Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, suspendeu, de 5 de setembro de 2002 a 31 de dezembro de 2003, a aplicação da alíquota de 15% incidente sobre os pagamentos de contraprestação de arrendamento mercantil por empresas de transporte aéreo de passageiros ou de cargas. Outra proposta, posteriormente apresentada pelo Parlamento, não continha limite temporal ao benefício, o que obrigou a rejeição da norma pelo Poder Executivo. Agora, com restrições, concede-se o benefício tributário pretendido. Outrossim, a medida visa, também, oferecer tratamento isonômico à forma de contratação ao estender o benefício de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte nas remessas para pagamento de afretamento, aluguel, arrendamento de embarcação marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras, previsto na Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, à modalidade de arrendamento mercantil financeiro, devendo porém ser destacado que a modalidade de arrendamento financeiro mostra-se mais adequado ao fortalecimento almejado do setor aéreo, pois possibilitará, ao final do contrato, a opção pela aquisição das aeronaves arrendadas, passando o referido bem a integrar o ativo permanente das empresas aéreas.

Quando justificou o veto do mesmo artigo incluído no Projeto de Lei Conversão nº. 14/2006, originário da MP 284/2006, o governo alegou que a isenção de imposto de renda na fonte das operações de pagamento de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores, não apresentava justificativa nem estimativa de impacto de tal benefício fiscal, além de não atender o disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, in verbis:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

A falta de observância das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal é que justifica a presente emenda propondo a supressão do dispositivo mencionado.

Sala da Comissão, em 09 de Agosto de 2006.



IVAN RANZOLIN
Deputado Federal

MPV - 315

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/08/2006	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA N° 315, DE 2006	Autor Deputado SERGIO MIRANDA	Partido PDT		Nº do Prontuário
			Supressiva <input checked="" type="checkbox"/>	Substitutiva <input type="checkbox"/>	Modificativa <input type="checkbox"/>
Artigo: 18	Parágrafo:		Inciso:	Alinea:	Número:

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprime-se o art. 18 da Medida Provisória nº 315, de 2006.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 18 revoga o inciso IV do art. 7º da Medida Provisória nº 303, 2006. A MP 303/06 dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, estabelecendo o referido inciso que, “*verificada a existência de débitos do sujeito passivo para com o FGTS inscritos em Dívida Ativa da União, o parcelamento será rescindido*”. A manutenção dessa regra certamente serviria como mecanismo indutor da regularização da situação de inadimplência dos empregadores junto ao FGTS para possibilitar sua adesão ao parcelamento e respectiva manutenção, o que garantiria o direito dos trabalhadores mediante o recebimento dos valores que lhes são devidos.

O curioso é que, uma vez feito o parcelamento, este poderá ser rescindido, por exemplo, se verificada a inadimplência do sujeito passivo por dois meses consecutivos. Ora, quando se trata de recursos para o Fisco, o Governo lança mecanismos rigorosos para garantir-lhe o recebimento. Agora, no que respeita ao trabalhador, o mesmo rigor não se aplica para preservar seus direitos. No sentido de resguardar o recebimento do FGTS, compromisso inafastável do Partido Democrático Trabalhista, é que apresentamos esta emenda, pois, para fazer jus ao parcelamento, os empregadores terão antes que quitar seus débitos para com o Fundo, além de manter-se com ele adimplente até o término do parcelamento. Considerando que devemos estar sempre do lado do trabalhador, lutando para que seus direitos sejam preservados, solicitamos o apoio dos nobres Pares à aprovação desta emenda.

Sala da Comissão. de agosto de 2006.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 315
00005data
09/08/2006proposição
Medida Provisória nºautor
Senador JORGE BORNHAUSEN

nº do prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutiva global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA N° - CM

(à MPV nº 315, de 2006)

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 315, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

§ 2º Os recursos mantidos no exterior na forma deste artigo somente poderão ser utilizados para a realização de investimento, aplicação financeira ou pagamento de obrigações próprias do exportador, vedada a realização de empréstimo ou mútuo de qualquer natureza.

§ 3º A vedação de que trata o § 2º deste artigo não se aplica à realização de empréstimos de mútuo para empresas do mesmo grupo sediadas no exterior.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional regulamentará as obrigações próprias do exportador.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 315, de 2006, traz avanços para o mercado de câmbio ao permitir que exportadores que tenham obrigações no exterior possam fazer esses pagamentos sem ter que internalizar os dólares e incorrer em elevados custos de transação. Entretanto, o projeto pode ser melhorado para permitir que empresas exportadoras brasileiras com subsidiárias no exterior financiem os investimentos externos por meio de empréstimos de mútuos intercompanhia, sem precisar incorrer em custos de internalização das receitas de exportação.

Além disso, a regulamentação do termo “obrigações próprias do exportador” pelo Conselho Monetário Nacional evitará subjetividade, com possíveis prejuízos para os exportadores.

PARLAMENTAR

MPV - 315
00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data **Proposição**
08/08/2006 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006

Autor	Partido	Nº do Prontuário			
Deputado SÉRGIO MIRANZA	PTD				
Supressiva	Substitutiva	Modificativa	X	Aditiva	Substitutiva Global
Artigo: 1º	Parágrafo:	Inciso:		Aínea:	Número:

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 1º da MP 315/06 o seguinte parágrafo:

"§ _ Em caso de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio - ACC ou Adiantamentos sobre Cambiais Entregues - ACE, a cobertura cambial deve ocorrer pela integralidade do valor adiantado."

JUSTIFICAÇÃO

Os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio - ACC ou Adiantamentos sobre Cambiais Entregues - ACE são mecanismos utilizados no comércio exterior para o financiamento, respectivamente, da produção e comercialização dos produtos a juros externos. No que tange ao disposto no *caput* do art. 1º, havendo ACC ou ACE, não há que se falar em retenção do valor adiantado. Com efeito, solicitamos o apoio dos nobres Pares à aprovação desta emenda para que não haja dúvidas acerca dessa questão.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2006

Sérgio M
Deputado

MPV - 315
00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição	Deputado	Autor	Partido	Nº do Prontuário	
08/08/2006	MEDIDA PROVISÓRIA N° 315, DE 2006		Sérgio Mircante	PDT		
Artigo: 1º	Parágrafo:			Inciso:	Alinea:	Número:

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrecenta-se ao art. 1º da MP 315/06 o seguinte parágrafo:

"§ ... É vedada a manutenção dos recursos de que trata o *caput* em instituições financeiras localizadas nos chamados 'paraisos fiscais', assim considerados os países ou dependências que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade."

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o *caput* do art. 1º, os exportadores ou prestadores de serviços poderão deixar no exterior parte dos dólares resultantes de suas vendas de mercadorias ou serviços em instituições financeiras no exterior para a realização de investimento, aplicação financeira ou pagamento de obrigação próprios do exportador, vedado o empréstimo ou mutuo de qualquer natureza.

Em que pesem as restrições impostas para a destinação da parte retida no exterior, portanto, sem cobertura cambial, necessário se faz medidas no sentido de coibir o desvio dos recursos para finalidades outras que não a redução de custos financeiros e tributários para o exportador e o prestador de serviços e, ainda, permitir a desvalorização do Real frente ao dólar com a redução do influxo dessa divisa. Nesse sentido, apresentamos esta emenda, para a qual solicitamos o apoio dos nobres Pares, a fim de que os recursos retidos no exterior não sejam canalizados para os chamados "paraisos fiscais", que, hoje, de acordo com a Instrução Normativa nº 188/2002, da Secretaria da Receita Federal, chegam a 53 países.

Sala da Comissão, de agosto de 2006

J. M. Mircante

PM

MPV - 315
00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data **Proposição**
08/08/2006 MEDIDA PROVISÓRIA N° 315, DE 2006

Deputado	Autor	Partido	Nº do Prontuário					
			Supressiva	Substitutiva	Modificativa	X	Aditiva	Substitutiva Global
Artigo: 1º	Parágrafo:	Inciso:				X	Alinea:	Número:

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

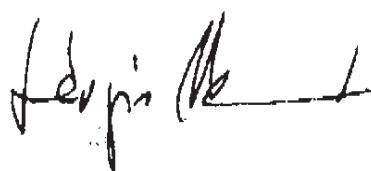
Acrescente-se ao art. 1º da MP 315/06 o seguinte parágrafo:

"§ ... É obrigatória a informação no contrato de câmbio do número da conta e do nome da instituição depositária no exterior dos recursos de que trata o *caput*"

JUSTIFICAÇÃO

As autoridades monetárias e fiscais brasileiras devem sempre primar pelo efectivo controle da destinação das divisas que o País adquire em face de suas exportações de mercadorias e serviços. Tendo em vista a desobrigação de cobertura cambial de parte dos recursos advindos das referidas operações, mister se faz o acompanhamento da aplicação dos recursos retidos em instituições financeiras no exterior, ainda que com destinação específica (realização de investimento, aplicação financeira ou pagamento de obrigação próprios do exportador). Para tanto, solicitamos o apoio dos nobres Pares à aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, ____ de agosto de 2006.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 315

00009

data
09/08/2006proposição
Medida Provisória nº

autor

Senador JORGE BORNHAUSEN

nº do prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA N° - CM
(à MPV nº 315, de 2006)

Dê-se ao *caput* do art. 2º da Medida Provisória nº 315, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 2º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá formas simplificadas de operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira, sem prejuízo do disposto no art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

”

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 2º da Medida Provisória nº 315, de 2006, dá possibilidade ao Conselho Monetário Nacional de estabelecer formas simplificadas de contratação de operações de compra e venda de moeda estrangeira, de forma a reduzir os custos e burocracia do processo. A emenda sugerida é no sentido de que a implantação do processo simplificado seja obrigatória e não apenas uma possibilidade. Além disso, a simplificação do processo valeria não apenas para os exportadores, mas para qualquer empresa que tenha receitas, de empréstimos, por exemplo, e obrigações em moeda estrangeira.

PARLAMENTAR

MPV - 315

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00010

data 09/08/2006	proposição Medida Provisória nº
--------------------	------------------------------------

autor Senador JORGE BORNHAUSEN	nº do prontuário
-----------------------------------	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
		TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 315, de 2006)

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória nº 315, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 4º O art. 23 da Lei nº 4.131, de 1962, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

.....

§ 7º A utilização do formulário a que se refere o § 2º deste artigo não é obrigatória nas operações de compra e de venda de moeda estrangeira de até US\$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América), ou de seu equivalente em outras moedas.

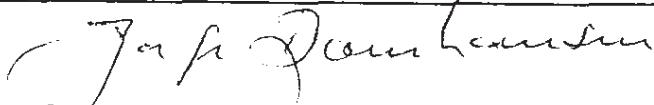
§ 8º O limite de que trata o § 7º poderá ser aumentado, na forma da regulamentação. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, dispensou a utilização de formulários para operações no mercado de câmbio livre com valores inferiores a US\$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América), ou de seu equivalente em outras moedas. Busca-se, com isso, reduzir os custos e a burocracia para operações de baixo valor.

A emenda que apresentamos visa a dar ao órgão competente – atualmente, o Conselho Monetário Nacional – autorização para aumentar aquele limite sem necessidade de elaboração de novas leis. Busca-se, assim, dar maior flexibilidade ao mercado cambial e, simultaneamente, evitar proliferação desnecessária de leis. Afinal, se as condições atuais sugerem que o limite de três mil dólares é razoável, dentro de cinco anos, é possível que esse limite deva ser aumentado, em função da inflação mundial e de desenvolvimentos nos sistemas transnacionais de informação e de inteligência. E não faz sentido ficar elaborando leis para dispor sobre matérias que podem ser regulamentadas por normas infralegais.

PARLAMENTAR



MPV - 315
00011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
09/08/2006

proposição
Medida Provisória nº

autor
Senador JORGE BORNHAUSEN

nº do prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 315, de 2006)

Acrescente-se o seguinte §1º ao art. 5º da Medida Provisória nº 315, de 2006, renumerando-se os demais:

“§ 1º O investidor estrangeiro titular de investimento em moeda nacional registrado no Banco Central do Brasil na forma prevista neste artigo poderá adquirir moeda estrangeira no mercado de câmbio para remeter ao exterior dividendos recebidos ou para repatriar seu investimento.”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 5º da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, trata do registro do chamado “capital contaminado”. Trata-se de ativos de não-residentes que, apesar de sujeitos a registro no Banco Central do Brasil, não foram registrados naquela autarquia por uma série de motivos que, em geral, envolvem discordância em relação aos critérios de admissibilidade para o registro.

Apesar de o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), do Banco Central do Brasil, já permitir que recursos de conta de não-residentes, contabilizados em qualquer subtítulo, sejam usados para adquirir moeda estrangeira, é importante que isso fique estabelecido em lei. Dá-se, assim, maior garantia ao investidor estrangeiro de que o retorno do investimento feito no País poderá ser remetido para o exterior, o que aumenta a atratividade de nossa economia ao capital produtivo internacional.

PARLAMENTAR

MPV - 315
00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 09/08/2006	proposição Medida Provisória nº
--------------------	-------------------------------------------

autor Senador JORGE BORNHAUSEN	nº do prontuário
------------------------------------------	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

EMENDA N° – CM
(à MPV nº 315, de 2006)

O art. 6º da Medida Provisória nº 315, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º
I – cujo vencimento ocorra a partir de 1º de março de 2006; ou”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, prevê multa de até 100% do valor em reais da operação, para importadores que contratarem importações de câmbio ou efetuarem pagamento em reais sem observância dos prazos e das demais condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, ou que não efetuarem o pagamento da importação em até cento e oitenta dias após o primeiro dia do mês subsequente ao da data prevista.

Reconhecendo o valor excessivo e a inadequação da penalidade imposta em um ambiente de maior flexibilidade do mercado cambial, a Medida Provisória (MPV) nº 315, de 3 de agosto de 2006, isenta o pagamento da multa prevista na Lei nº 10.755, de 2003, para importações cujo vencimento ocorra a partir de 4 de agosto de 2006, dia da publicação da MPV.

Entretanto, a discussão desta MPV já se arrasta há meses, e muitos importadores, no aguardo de sua publicação ou de normas equivalentes, perderam os prazos previstos na legislação ou não observaram todas as condições estabelecidas pelo Banco Central.

Como já dito, a multa é excessiva e inadequada para o novo marco regulatório que se pretende instituir no mercado de câmbio nacional. Nada mais justo, portanto, que isentar os importadores do pagamento da multa relativa às importações vencidas a partir de 1º de março de 2006, período no qual havia forte expectativa de uma iminente mudança no mercado de câmbio.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 315
00013data
09/08/2006

proposição

Medida Provisória nº

autor
Senador JORGE BORNHAUSEN

nº do prontuário

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 315, de 2006)

Dê-se ao *caput* do art. 8º da Medida Provisória nº 315, de 2006, a seguinte redação:

"Art. 8º A pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País que mantiver no exterior recursos em moeda estrangeira relativos ao recebimento de exportação, de que trata o art. 1º, deverá declarar à Secretaria da Receita Federal a utilização dos recursos, sem prejuízo de prestar a Declaração Anual de Capitais Brasileiros no Exterior ao Banco Central do Brasil, na forma da legislação em vigor.

....."

JUSTIFICAÇÃO

A redação atual do art. 8º da MPV nº 315, de 2006, pode levar à interpretação equivocada de que foi dispensada a obrigação de prestar ao Banco Central do Brasil a Declaração Anual de Capitais Brasileiros no Exterior.

É grande a relevância da referida Declaração no cômputo das estatísticas econômicas do País.

Assim, para evitar dúvidas por ocasião da interpretação e aplicação da norma contida no art. 8º da MPV nº 315, de 2006, torna-se necessária a alteração ora proposta.

PARLAMENTAR

MPV - 315

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
10/08/2006Proposição
Medida Provisória nº 315, de 2006

Autor

Deputado José Carlos Aleluia

Nº do prontuário

1. Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------------------------------------------	------------	------------------------

Página	Artigo 8	Parágrafo 1º	Inciso	alínea
		TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Dê-se ao § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, a seguinte redação:

"Art. 8º.....

§ 1º O exercício da faculdade prevista no caput do art. 1º implica a autorização do fornecimento à Secretaria da Receita Federal, mediante pedido fundamentado, pela instituição financeira ou qualquer outro interveniente, residente, domiciliado ou com sede no exterior, das informações sobre a utilização dos recursos.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende limitar o poder de quebra de sigilo conferido à Receita Federal pela MP 315/2006, de forma que o fornecimento de informações sobre os recursos mantidos no exterior ocorra apenas mediante solicitação fundamentada do órgão de fiscalização. O acesso irrestrito a operações e utilização de recursos em moeda estrangeira configura violação ao direito de sigilo e não se justifica pela necessidade de controle dessas operações. Logo, somente nas hipóteses em que houver fundados indícios de falsa declaração pelo contribuinte é que se deve autorizar o fornecimento de dados sigilosos pelas instituições financeiras à Receita Federal.

PARLAMENTAR

OT

MPV - 315

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição	Partido	Nº do Prontuário	Autor					
				Supressiva	Substitutiva	X	Modificativa	Aditiva	Substitutiva Global
08/08/2006	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006	PDT		Deputado SÉRGIO MIRANDA					
				Artigo: 8º	Parágrafo:	Inciso:	Alinea:	Número:	

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

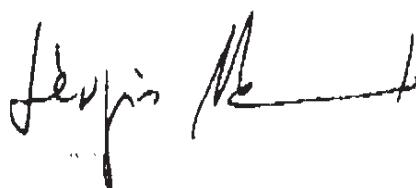
O art. 8º da Medida Provisória nº 315, de 2006, fica acrescido do seguinte parágrafo:

§ 4º O Banco Central do Brasil, por meio da instituição financeira autorizada a operar em câmbio em que tenham conta-corrente as pessoas de que trata o *caput*, manterá Contas Gráficas em moeda estrangeira, em nome das referidas pessoas, para o registro da movimentação dos recursos previstos no *caput* do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

Em que pese a autorização para o fornecimento à Secretaria da Receita Federal, pela instituição financeira ou qualquer outro interveniente, residentes, domiciliados ou com sede no exterior, das informações acerca da utilização dos recursos em moeda estrangeira retidos em instituição financeira no exterior, faz-se necessário o registro de sua movimentação por meio de conta gráfica nos bancos nacionais em que os beneficiários mantenham conta-corrente, a fim de que o Banco Central e a Secretaria da Receita Federal possam exercer efetivo controle da destinação dos referidos haveres depositados no exterior.

Sala da Comissão. de agosto de 2006



MPV - 315

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00016

data
09/08/2006proposição
Medida Provisória nºautor
Senador JORGE BORNHAUSEN

nº do prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA N° - CM

(à MPV nº 315, de 2006)

Dê-se ao art. 9º da Medida Provisória nº 315, de 2006, a seguinte redação:

"Art. 9º A inobservância do disposto nos arts. 1º e 8º acarretará a aplicação de multas, de acordo com regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)."

JUSTIFICAÇÃO

Os órgãos dotados de poder normativo, por força de delegação emanada da lei ou da Constituição, podem produzir, com alto grau de especialização técnica, regras obrigatórias e dotadas de sanção. Como sabemos, em virtude da inerente especialização técnica, o processo de produção normativa dos órgãos responsáveis por exercer o poder de polícia administrativo é mais ágil e preciso do que o processo de produção normativa do Parlamento.

Portanto, melhor do que a lei estabelecer quais são as condutas que caracterizam violação do disposto nos arts. 1º e 8º da Medida Provisória e as respectivas sanções, é mais adequado que a norma delegue essa função ao Conselho Monetário Nacional (CMN), que por ser autoridade monetária tem um preparo técnico específico para tanto.

Por fim, deve ser retirado o vocábulo "fiscais" que adjetiva o vocábulo "multas", uma vez que as multas aplicadas em decorrência do descumprimento das normas previstas na MPV em questão têm a natureza de multa administrativa e não de multa fiscal.

PARLAMENTAR

MPV - 315
00017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 10/8/2006	<i>Proposição</i> Medida Provisória nº 315, de 2006			
Autor Senador ARTHUR VIRGILIO				nº do prontuário
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 315, de 2006, renumerando-se os posteriores:

“Art. 16º - O regime de **drawback** poderá ser concedido para matéria-prima e outros produtos utilizados no cultivo de produtos agrícolas ou na criação de animais a serem exportados, definidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento.”

JUSTIFICATIVA

As exportações do agronegócio brasileiro apresentam 37% do total das exportações brasileira. Nos últimos anos esse segmento tem sido o principal responsável pela manutenção de saldos comerciais crescentes no intercâmbio comercial externo do país. Em 2005, por exemplo, o saldo total das transações externas do Brasil, foi de US\$ 44,7 bilhões sendo que o agronegócio contribuiu com US\$ 38,4 bilhões de saldo para alcançar este resultado. Tais números indicam que 86% do saldo global é de responsabilidade do agronegócio.

A reconhecida competitividade do agronegócio brasileiro poderia ser ampliada caso algumas medidas de desoneração fossem autorizadas, a exemplo do regime de drawback no caso de insumos agrícolas importados e usados no processo produtivo de bens agrícolas exportados. Atualmente alguns produtos agrícolas já são favorecidos por este mecanismo, tais como frutas, algodão, carne de frango e suína. No entanto, encontram-se excluídos deste benefício importantes produtos da pauta exportadora que utilizam amplamente insumos importados, como grãos, açúcar, café, fumo e tabaco etc.

Almeja o setor agropecuário, isonomia de procedimentos com os setores

que produzem bens manufaturados que, uma vez comprovada o uso de insumos importados, se beneficiam, de maneira quase automática, da isenção de impostos na importação de insumos.

A pertinência de atribuir ao MAPA a prerrogativa de definir os produtos beneficiários do regime de drawback justifica-se pela sua competência setorial e notório conhecimento em relação aos coeficientes técnicos de produção identificados nas diversas cadeias do agronegócio. Desta maneira fica revogado o disposto no parágrafo 1º, inciso II, art. 336, do Decreto 4.543, de 26 de dezembro de 2002.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2006.



Senador ARTHUR VIRGILIO

PARLAMENTAR



MPV - 315

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00018

data 10/08/2006	Proposição Medida Provisória nº 315, de 2006
--------------------	-------------------------------------------------

Autor

Deputado José Carlos Aleluia

Nº do prontuário

1. Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 16	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 16 da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, o seguinte parágrafo único:

“Art. 16.

Parágrafo único. A redução da alíquota e os prazos previstos no caput serão aplicados às operações de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados celebradas entre empresas sediadas no Brasil”.

JUSTIFICATIVA

A redação presente na Medida Provisória permite que a empresa nacional usufrua um incentivo ao investir em aeronaves provenientes de empresas estrangeiras. É importante lembrar que o Brasil hoje conta com uma das fabricantes de aeronaves mais eficientes e modernas do mundo, a Embraer. Contudo, se nos principais aeroportos estrangeiros é comum encontrar aeronaves “made in Brazil”, o mesmo não ocorre em nosso país. Qual a razão disto?

Se a Embraer é uma empresa de sucesso dentro de um dos mais competitivos mercados mundiais, é fácil verificar a eficiência, o baixo custo e a qualidade de suas aeronaves. Se ela não vende aeronaves internamente no Brasil, é óbvio que a razão reside em questões tributárias, pois o mercado interno, via de regra, é mais taxado que o externo. Assim, não faz sentido que Boeing e Airbus dominem o mercado brasileiro apenas por injustiça e miopia do nosso sistema tributário. Com a emenda apresenta, procuramos dar igualdade ao tratamento tributário no arrendamento mercantil de aeronaves, se feito dentro ou fora do Brasil.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 315
00019

data 04/04/2006	proposição Medida Provisória nº 315 , de 3 de agosto de 2006
autor DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	n° do prontuário 332
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> substitutiva <input type="checkbox"/> modificativa <input checked="" type="checkbox"/> aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se à Medida Provisória nº 315, onde couber, o seguinte artigo:

“ Art. O regime de **drawback** poderá ser concedido para matéria-prima e outros produtos utilizados no cultivo de produtos agrícolas ou na criação de animais a serem exportados, definidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento.”

JUSTIFICAÇÃO

As exportações do agronegócio brasileiro apresentam 37% do total das exportações brasileira. Nos últimos anos esse segmento tem sido o principal responsável pela manutenção de saldos comerciais crescentes no intercâmbio comercial externo do país. Em 2005, por exemplo, o saldo total das transações externas do Brasil, foi de US\$ 44,7 bilhões sendo que o agronegócio contribuiu com US\$ 38,4 bilhões de saldo para alcançar este resultado. Tais números indicam que 86% do saldo global é de responsabilidade do agronegócio.

A reconhecida competitividade do agronegócio brasileiro poderia ser ampliada caso algumas medidas de desoneração fossem autorizadas, a exemplo do regime de drawback no caso de insumos agrícolas importados e usados no processo produtivo de bens agrícolas exportados. Atualmente alguns produtos agrícolas já são favorecidos por este mecanismo, tais como frutas, algodão, carne de frango e suína. No entanto, encontram-se excluídos deste benefício importantes produtos da pauta exportadora que utilizam amplamente insumos importados, como grãos, açúcar, café, fumo e tabaco etc.

Almeja o setor agropecuário, isonomia de procedimentos com os setores que produzem bens manufaturados que, uma vez comprovada o uso de insumos importados, se beneficiam, de maneira quase automática, da isenção de impostos na importação de insumos.

A pertinência de atribuir ao MAPA a prerrogativa de definir os produtos beneficiários do regime de drawback justifica-se pela sua competência setorial e notório conhecimento em relação aos coeficientes técnicos de produção identificados nas diversas cadeias do agronegócio. Desta maneira fica revogado o disposto no parágrafo 1º, inciso II, art. 336, do Decreto 4.543, de 26 de dezembro de 2002.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 315
00020

Data

proposição

Medida Provisória nº 315/2006

autor

Dep. Betinho Rosado

Nº do prontuário

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
----------------------------------------	------------------------------------------	------------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------------------

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 315/2006, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Fica prorrogado por mais 10 (dez) anos o prazo da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, prevista no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Art. O *caput* do art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Por um prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

O desequilíbrio entre as regiões é uma marca do desenvolvimento econômico do País. No decorrer da nossa história, o Sul, o Sudeste e, mais recentemente, o Centro-Oeste brasileiros tornaram-se as regiões mais ricas, em detrimento do Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse contexto, o constituinte original tratou de inserir, na atual Carta Magna, dispositivos que prevêem a criação de incentivos regionais, que compreendem, entre outros, isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais.

Entre os vários incentivos em vigor, há a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, em relação a mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, prevista no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Embora os motivos econômicos e sociais que ensejaram a criação do sobredito incentivo fiscal não tenham deixado de existir, ele será extinto em 2007, se não for alterado o prazo de

vigência do dispositivo legal em questão. O que poderá gerar uma crise sem precedentes em algumas áreas da economia do norte e nordeste do país.

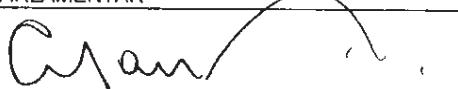
Uma indústria, em especial, sofrerá de imediato as conseqüências do retorno da cobrança da AFRMM, a indústria de sal do Rio Grande do Norte. Enquanto perdura a mencionada dispensa, o sal marinho, produzido no Rio Grande do Norte, disputa o mercado do centro sul do país em igualdade de condições com o sal importado do Chile. Isto porque o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, por força do 5º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Estados partes do Mercosul e República do Chile, não incide sobre o frete do sal originário daquele país.

Portanto, na hipótese da não renovação da citada dispensa, a indústria salineira do Rio Grande do Norte passará a ter um encargo que o sal chileno não tem, desaparecendo assim o tratamento isonômico, significando uma flagrante perda de competitividade do sal potiguar, atingindo toda a economia do Estado, mais fortemente o setor portuário.

Por isso, apresento a presente emenda, que sugere a prorrogação, por mais dez anos, da isenção de que trata o art. 17 da Lei nº 9.432/1997.

PARLAMENTAR

Assinatura:



MPV - 315

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00021

Data

proposição

Medida Provisória nº 315/2006

autor

Dep. Betinho Rosado

Nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 315/2006, onde couber, os seguintes artigos:

Art. Fica reduzida a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Art. Os arts. 8º e 28º da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....
§ 12.

XIII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

Art. 28.

VII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A incapacidade de muitas famílias de prover alimentação adequada para seus integrantes, é um dos os graves problemas brasileiro. Perto de 22 milhões de brasileiros vivem em condições de indigência. Aproximadamente 34% da população vivem em condições de pobreza. Os números sobre a miséria do povo brasileiro podem variar, de acordo com o critério e metodologia

utilizados, mas, em todos os casos, revelam uma realidade extremamente preocupante.

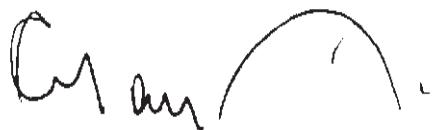
Nesse contexto, a criação de mecanismos que estimulem a diminuição dos preços dos alimentos, especialmente os consumidos em larga escala pela população mais carente, são de fundamental importância.

A apresentação da presente emenda, tem por objetivo reduzir a carga tributária que incide sobre sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Essa medida contribuirá para melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda, estimulando a produção e a circulação dos referidos produtos, o que pode gerar mais empregos, renda e, indiretamente, impostos. Além disso, preços mais baixos de alimentos podem contribuir para a manutenção de níveis de inflação aceitáveis, ajudando a sustentar o equilíbrio macroeconômico do País.

PARLAMENTAR

Assinatura:



MPV - 315

00022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data

08/08/2006

Proposição

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006

Deputado	Autor	Partido	Nº do Prontuário	Substitutiva Global			
				Supressiva	Substitutiva	Modificativa	X
	SÉRGIO MIRANDA	PDT				Aditiva	

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à MP 315/06, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. _____. Ressalvadas as cotações das taxas de câmbio dos Mercados de Câmbio de Taxas Livres (dólar comercial) e de Taxas Flutuantes (dólar turismo), ou outras cotações oficiais, é vedada a divulgação, por qualquer meio, de cotação de taxas de câmbio não oficiais como referência para operações do mercado paralelo (dólar paralelo), sujeitando-se o infrator à multa prevista no art. 7º.”

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o REGULAMENTO DO MERCADO DE CÂMBIO E CAPITAIS INTERNACIONAIS - TÍTULO : 1 - Mercado de Câmbio, CAPÍTULO : 2 - Agentes do Mercado, item 1: “as autorizações para a prática de operações no mercado de câmbio podem ser concedidas a critério exclusivo do Banco Central do Brasil a bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de câmbio ou de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, agências de turismo e aos meios de hospedagem de turismo, ficando automaticamente autorizados a operar no mercado de câmbio os agentes que na data de publicação deste Regulamento estejam autorizados/crediçados a operar nos Mercados de Câmbio de Taxas Livres e de Taxas Flutuantes”.

Com efeito, nessas instituições e mercados é que as pessoas físicas e jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira, observada a legalidade da transação, bem como a taxa de câmbio segundo o mercado a que se refere a operação, se segmento comercial (dólar comercial) ou turismo (dólar turismo). Dessa forma, quaisquer operações cambiais realizadas à margem da lei, bem como qualquer ato que as facilite (p.ex.: a divulgação diária da cotação do “dólar paralelo” nos meios de comunicação), devem ser coibidas; caso contrário, estar-se-ia estimulando prática vedada pelo ordenamento jurídico-cambial brasileiro. Sendo assim, oportuno se faz a proibição da divulgação não oficial da cotação de moedas, sobretudo do dólar americano, moeda referência para outras cotações, por serem ilegais as operações levadas a efeito no mercado paralelo. Aqui, não se está a ferir a liberdade de imprensa, uma vez que o papel desta certamente não é fazer apologia à ilegalidade, antes deve conscientizar e informar as pessoas observando as leis. Ora, se o mercado paralelo é ilegal, também o é divulgar os preços de seus produtos (no caso, a cotação do “dólar paralelo”). Para tanto, solicito dos nobres Pares apoio à aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, ____ de agosto de 2006.

MPV - 315
00023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição	Partido	Nº do Prontuário	Autoria			
				Supressiva	Substitutiva	X	Modificativa
08/08/2006	MEDIDA PROVISÓRIA N° 315, DE 2006	PDT		Artigo: 11	Parágrafo:	Inciso:	Alinea:

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O art. 3º do Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, constante do art. 11 da Medida Provisória nº 315, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 3º São passíveis de penalidades as sonegações de coberturas dos valores de exportação, exceto os recursos em moeda estrangeira mantidos em instituição financeira no exterior relativos aos recebimentos de exportações brasileiras de mercadorias e de serviços para o exterior realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como o aumento de preço de mercadorias importadas para obtenção de coberturas indevidas."

JUSTIFICAÇÃO

A regra antes da edição da MP 315/06, vigente desde 1933, portanto, há mais de setenta anos, sujeitava a penalidades as sonegações de cobertura cambial (pagamento) dos valores de exportação, além de superfaturamento de mercadorias importadas para obtenção de coberturas indevidas. A nova redação do art. 3º do Decreto 23.258, de 1933, contudo, promovida pelo art. 11 da aludida MP, afasta a hipótese da incidência de penalidade pela falta de cobertura cambial no caso das exportações. Talvez a mudança tenha ocorrido em face de a MP 315/06 permitir que parte do valor exportado possa não ser objeto de cobertura cambial. Ora, com relação à parte restada, faz sentido o afastamento das penalidades em razão de não obrigatoriedade de cobertura de parte do valor exportado, conforme prevê o art. 1º da MP. Todavia, no que tange à parte cuja cobertura cambial é obrigatória, a previsão das penalidades deve ser mantida. É o que pretende esta emenda.

Sala da Comissão, de agosto de 2006.

**ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN (CPMI DA TERRA), COM O
OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO
SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA
BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA
AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS
DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO
OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS**

**PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM
VIOLENCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE
PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO
SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO
PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES
POR VEZES COM VIOLENCIA)**

Atas da 17^a à 41^a Reunião(*)

(*) Publicados em Suplemento do Presente Diário.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.^º 1641, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.^º, da Resolução do Senado Federal n.^º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.^º 012179/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.^º 8.112, de 1990, **JOSÉ DA GRAÇA DE JESUS NEGREIROS**, matrícula n.^º 179714, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Cristovam Buarque, a partir de 04 de agosto de 2006.

Senado Federal, em 11 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1642 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011939/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS**, matrícula n.º 191398, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Primeira Suplência da Mesa Diretora, a partir de 03 de agosto de 2006.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1643 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.081/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA GOZZI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1644 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012304/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIA DA SILVA NEVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1645 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012240/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSETE BARBOSA DOURADO GUERRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2006.


ÁGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1646 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012282/06-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BENEDITA DOS SANTOS RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Terceiro Suplente de Secretário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1647 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011938/06-4,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO POLICENA ROSA NETTO, matrícula 48632, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, com efeitos financeiros a partir de 03 de agosto de 2006,

Senado Federal, 11 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1648 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011987/06-5**,

R E S O L V E declarar vago, a partir de 16 de julho de 2006, o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Romero Jucá, ocupado por **HUMBERTO CONSTANTINO DE ANDRADE SILVA**, matrícula nº 156726, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1649 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015.955/90-7.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 37/1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **ABRAHÃO BARBOSA TELES**, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, para incluir os artigos 1º, 2º e 3º da Resolução (SF) nº 74/1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148/1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1650 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.735/06-6,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **FÉLIX ALBERTO MELLO SANT'ANNA**, Técnico Legislativo, Área 1, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 3º, inciso III e Parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, acrescidos das vantagens previstas no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/1994, e arts. 7º e 9º da Resolução (SF) nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 11 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João ***
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
 Presidente: Arnaldo Niskier
 Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS